

CEPROL EM

ACÇÃO

ANO 02

INFORMAÇÃO E ATIVISMO NA EDUCAÇÃO / 2023

UNIDADE NA DIVERSIDADE



SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES



CE PROL

SINDICATO
DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS
LEOPOLDENSES
ANO 2023





Há diversidade em
todo o lugar!
Há diversidade da vida na terra, na
água e no ar
Há diversidade na afetividade e no
jeito de amar
Há diversidade de
vibração e
de sons
Há diversidade
de cores e de
tons
Há diversidade
de ideias e ideais
Há diversidade de talentos
naturais
Há diversidade
de crenças e religião
Há diversidade no
propósito e na missão
Há diversidade de planetas e
realidades
Há diversidade cultural e de
humanidades
Diversidade são os múltiplos aspectos
da pluralidade
Nos reconhecemos e respeitamos em
condições de igualdade
Na diversidade tanto faz, pois
buscamos a união e a paz!
CEPROL Sindicato:
unidade na diversidade!

HÁ
DIVERSIDADE
EM
TODO
LUGAR!



É

com alegria que apresentamos a segunda edição da

Revista **CEPROL EM AÇÃO 2023.**

A revista traz um mapa das ações do nosso sindicato, nossas lutas e conquistas com a campanha salarial, as mobilizações sobre diversas pautas, nossos encontros festivos, os congressos da CUT, a eleição da nova diretoria e seu plano de lutas, a CONAEE 2024, entre outros movimentos. Mas o nosso objetivo é trazer reflexões sobre diversas temas atuais que precisamos enfrentar e buscar alternativas para resistir como: a emergência climática, a saúde docente, as questões de gênero e sexualidade, a democracia, o papel do movimento sindical, o neoliberalismo, etc. Desejamos a todos uma ótima leitura e que esse material possa servir de base para debates nas escolas e junto ao sindicato.



**A RESISTÊNCIA VEM EM
PRIMEIRO LUGAR,**

*e ela permanece superior
a todas as forças do processo,
seu efeito obriga a mudarem
as relações de poder.*

Michel Foucault

Quando tratamos do movimento sindical, precisamos sempre considerar a conjuntura econômica e política da atualidade. Vivemos em uma sociedade orientada por uma governamentalidade neoliberal, definida por princípios econômicos. O sistema capitalista estabelece verdades baseadas em regras de mercado, na lógica do progresso, do acúmulo de capital, da competição e da meritocracia. Essa racionalidade capitalista produz a individualização, enfraquece a nossa força coletiva e vem causando crises: política, econômica, climática, humanitária, etc. A sociedade regida pelo neoliberalismo é um projeto político-econômico que governa de acordo com seus interesses, sem se preocupar com a natureza ou com a vida humana.

A classe trabalhadora é uma população alvo da governamentalidade neoliberal, atacada em seus direitos, sujeitada a jornadas de trabalho cada vez mais extenuantes e, muitas vezes, sem perspectiva de aposentadoria. A melhoria de condições de vida através do trabalho está muito distante para a maioria da população, pois cada vez mais há a concentração de renda na mão de poucos. Nesse cenário, as escolas são fundamentais para governar de acordo com a agenda político-econômica neoliberal, que sequestra as condições da educação de formar forças para combater as injustiças e as desigualdades sociais através da precarização e da falta de investimentos. A educação está enquadrada na lógica do mercado na medida em que as profissionais da educação são desvalorizadas com baixos salários, lançadas a desdobramentos de carga horária exaustivas, assoberbadas com demandas cada vez maiores e submetidas a falta condições de trabalho. A sociedade vem exigindo que as professoras deem conta de uma educação que enfrenta inúmeros desafios e dificuldades, cobradas a bater metas, alcançar índices e colocadas como únicas responsáveis por fracassos que são resultados de toda uma estrutura social em crise.

Acreditamos no potencial das profissionais da educação e na escola pública como possibilidade de combater as desigualdades sociais e de resistência ao neoliberalismo. Podemos não conseguir mudar o mundo, mas precisamos nos reorganizar e nos unir em luta coletiva por aquilo nos conecta, pelo comum em nós, nossa humanidade! O sindicato busca fazer o movimento de reconhecer as formas de poder usadas para governar nossas mentes, combater a individualização e a mercantilização da vida, para podermos resistir e nos rebelar contra essa lógica neoliberal. Para tanto, precisamos nos organizar coletivamente e encontrar formas de resistências, rotas de fuga dessa lógica, alinhar discursos humanos, insistir na vida e na liberdade. Da resistência contra a submissão ao capital, como subversão ao sistema, mas principalmente como re-existência coletiva.

CEPROL EM
AÇÃO ANO
02
INFORMAÇÃO E ATIVISMO NA EDUCAÇÃO / 2023

UNIDADE NA DIVERSIDADE





COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO
Sindicato dos Professores
Municipais Leopoldenses

COMITÊ DIRETIVO
Cristiane Maria Mainardi
Rosi Petersen

REDAÇÃO/ARTIGOS
Cristiane Maria Mainardi
Rosi Lopes Petersen
Felipe Diego da Silva
Daisy Falconi
Patrícia Regina Rodrigues Guterer
João Marcelo Santos
Jonathan Vicente da Silva
Maria Cláudia Dal'Igna
Catharina da Cunha Silveira
Dão Real Pereira dos Santos

REVISÃO
Felipe Diego da Silva

ARTE E DIAGRAMAÇÃO
Cristina Engler

IMPRESSÃO
Impressos Portão Ltda
CNPJ: 88.263.942/0001-03

TIRAGEM
500 unidades

APOIO



SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES
Rua Primeiro de Março, 113 - sala 802
Centro, São Leopoldo - RS 93010 010
Edifício Integral Centro Profissional
Fone: (51) 3592 0118
email: ceprolsindicatovivo@gmail.com

(51) 993781262

www.ceprolsindicato.com



POESIA: Há diversidade em todos lugar! | 01

Cristiane Maria Mainardi

APRESENTAÇÃO | 02

EDITORIAL | 03

UNIDADE NA DIVERSIDADE: plano de lutas | 07
da diretoria do CEPROL para a gestão 2023-2026

PARA QUE SERVEM OS SINDICATOS? | 13
Luta, direitos e democracia que transformam vidas

João Marcelo Santos

ANDANÇAS DE LUTA: sem retrocessos e com ousadia! | 17

Ceprol Sindicato

MARCHA DAS MARGARIDAS 2023: "Olha Brasília está florida, | 21
estão chegando as decididas. Olha Brasília está florida, é o
querer, é o querer das Margaridas"

Daisy Falconi e Patrícia Regina Rodrigues Guterer

SAÚDE DOCENTE: uma questão pública | 28

Cristiane Maria Mainardi

ENSINO COLABORATIVO OU BIDOCÊNCIA: uma alternativa | 34
para a educação inclusiva

Rosi Lopes Petersen

"UM NOVO TEMPO HÁ DE VENCER, PRA QUE A GENTE POSSA FLORESCER": | 40
relações entre trabalho docente, gênero e sexualidade

Jonathan Vicente da Silva, Maria Cláudia Dal'Igna, Catharina da Cunha Silveira

NÃO À PEC 32, | 48
A PEC 32/2020, DA REFORMA ADMINISTRATIVA
É MESMO UMA AMEAÇA? O QUE FAZER?

NUMA PALAVRA: SIM. MAS É PRECISO DEMONSTRAR POR QUE E PARA QUEM

Marcelo Machado Carlini – CUT/RS

O IAPS e a Reforma da Previdência | 51

Felipe Diego da Silva

UMA REFORMA TRIBUTÁRIA PARA HOMENAGEAR A CONSTITUIÇÃO | 54

Dão Real Pereira dos Santos

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: não existe um Planeta B! | 60

Cristiane Maria Mainardi

CONAEE 2024: | 65
MOÇÃO DE APOIO AOS/ÀS PROFESSORES/AS

Ceprol Sindicato



UNIDADE NA DIVERSIDADE

Nos dias 25 e 26 de outubro de 2023 ocorreu a eleição da diretoria do CEPROL Sindicato dos Professores Municipais Lepoldenses gestão 2023-2026. A nova diretoria eleita vem com muita disposição para luta, sem retrocessos e com ousadia! Agradecemos a cada voto de confiança e nos comprometemos com a luta e com a resistência na garantia de direitos!

PLANO DE LUTAS DA DIRETORIA DO CEPROL PARA A GESTÃO 2023/2026 por Diretoria Ceprol



SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES





DIRETORIA **GESTÃO** **2023/2026**

**CEPROL SINDICATO
DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS
LEOPOLDENSES**

TITULARES

Presidenta
Cristiane Maria Mainardi
Vice-presidenta
Rosi Lopes Petersen
1ª Secretária
Daisy Falconi
2ª Secretária
Patrícia Regina Rodrigues Guterer
1º Tesoureiro
Felipe Diego da Silva
2º Tesoureiro
Fábio Luiz Fontes Martins

SUPLENTES

1ª Marmy Luzy Margorett da Silva
2ª Camila Cristina da Silva
3ª Simone da Silveira
4ª Lucia Geoseli Brizola
5ª Carolina Gomes Matsdorf Correa
6ª Cristiano Moraes Nunes



a cultura da PAZ; a vida e os direitos humanos; a diversidade, a inclusão e a equidade; a educação como direito humano básico; a natureza e o meio ambiente; um desenvolvimento econômico sustentável; a ciência e o SUS; a DEMOCRACIA; uma relação de solidariedade e cooperação com os movimentos sociais; uma reforma tributária justa e solidária; a taxaço das grandes fortunas; o trabalho digno; a valorizaço dos servidores e dos serviços públicos; políticas afirmativas voltadas às mulheres e LGBTQIA+; SAÚDE dos trabalhadores e das trabalhadoras; investimento robusto no setor público; uma EDUCAÇÃO pública inclusiva, equitativa, gratuita e de qualidade; uma perspectiva de descolonizaço (ou decolonialidade) do pensamento; uma sociedade inclusiva, antirracista e antidiscriminatória, a promoço das diversidades de gênero, orientaço sexual, raça, cor, etnia, idade e origem.

PLANO DE LUTAS CEPROL

valorização da negociação coletiva; participação efetiva em órgão de controle social; acompanhamento dos investimentos dos recursos da educação (Fundeb) no município; defesa da Lei do Piso Salarial Nacional Profissional do Magistério Público na carreira; contribuir com a formação continuada: ampliação de bolsas de mestrado e para doutorado; protagonizar o fortalecimento do IAPS; plano de saúde com contrapartida da prefeitura; debate sobre a Gestão Democrática e a reestruturação da legislação municipal; fortalecimento da rede de comunicação do sindicato; contribuir com a conscientização de direitos em relação aos acidentes de trabalho (CIPA); realização de concurso



público; políticas públicas de inclusão e defesa da bidocência para qualidade no atendimento educacional; buscar alternativas de compensação de dia letivo em caso de calamidade pública; autonomia das escolas para a realização de RAPs na modalidade de teletrabalho; promover um encontro das aposentadas; realização do Encontro com os Prefeituráveis 2024: carta compromisso; realização do II Congresso de Educação do CEPROL - II CONCEPROL: manutenção de momentos comemorativos de confraternização de associados; manutenção da luta junto aos sindicatos em rede e à Central Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras (CUT).

LUTAREMOS

CONTRA

RACISMO

NÃO EXISTE MAIS ESPAÇO PARA ISSO NO MUNDO

**BASTA
FEMINICÍDIO**

**SOMOS TODES
IGUAIS**

seja antirracista

**NÃO HÁ
CURA
PARA O QUE NÃO É DOENÇA**

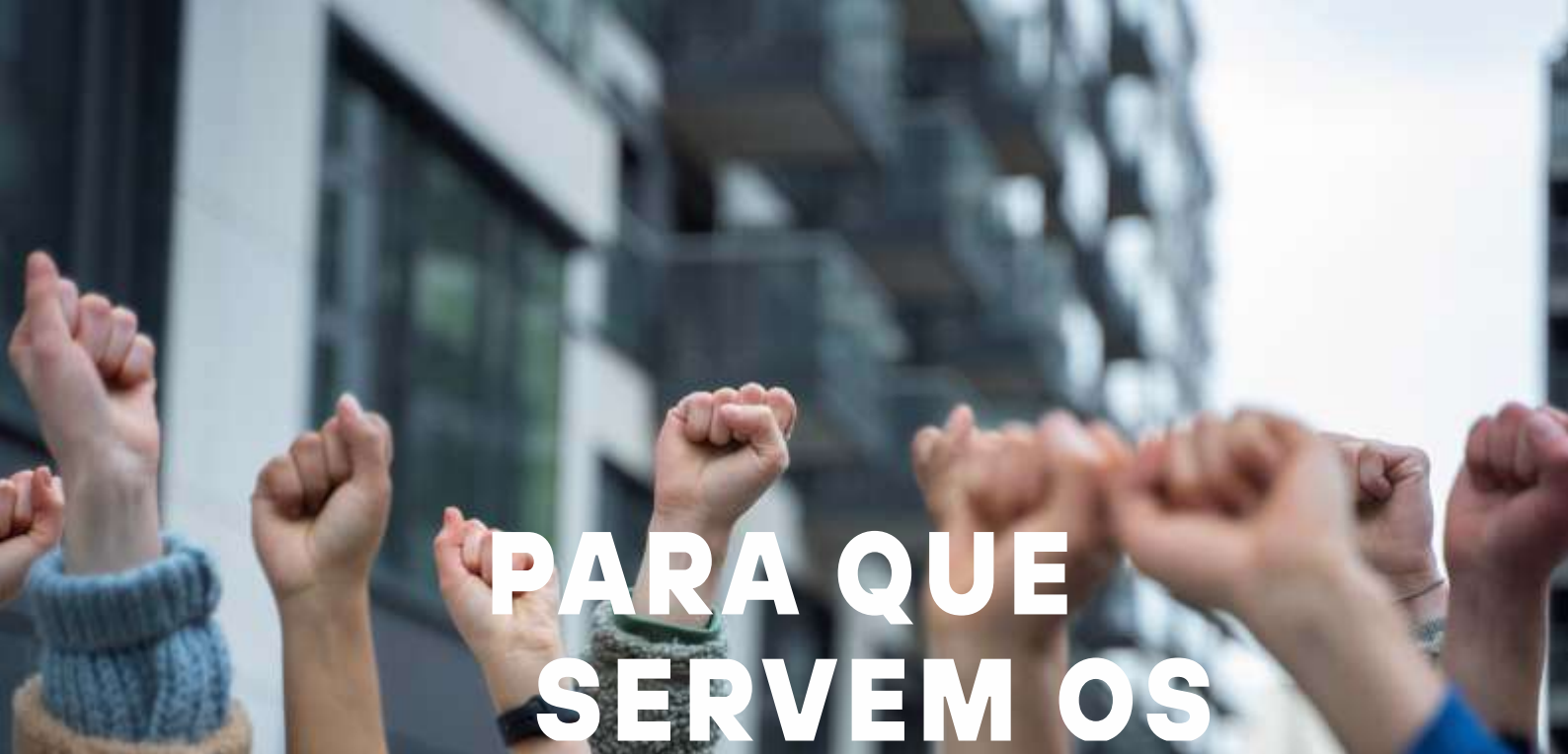
PARE
ASSÉDIO MORAL

HUMANO

LUTAREMOS CONTRA A RACIONALIDADE NEOLIBERAL; AS DESIGUALDADES SOCIAIS; À POLÍTICA DE JUROS ALTOS; FAKENEWS A REFORMA ADMINISTRATIVA - PEC 32; AO ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO; PRIVATIZAÇÕES E TERCEIRIZAÇÕES; A REFORMA DO ENSINO MÉDIO; A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E IMIGRANTES; A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E O FEMINICÍDIO; O RACISMO, A LGBTQIA+FOBIA E A DISCRIMINAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA; O ARMAMENTO E A VIOLÊNCIA POLICIAL; O ABUSO E A EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS.



Em algum momento chegamos a pensar que a pandemia da Covid-19 nos encorajaria a trilhar na direção de um mundo melhor. Imaginamos que o isolamento ao qual fomos submetidos provocaria uma maior valorização dos encontros e da sociabilidade. Que a morte trágica de milhões de seres humanos nos tornaria mais aptos para defender a vida. Que a dimensão global da pandemia abriria nossos olhos para relações internacionais mais cooperativadas. Que a mobilização patrocinada pelo poder público para nos proteger nos incentivaria a sermos mais decididos na defesa do patrimônio público. Que a ciência e a tecnologia seriam mobilizadas para salvar vidas e proporcionar bem estar. Que os extraordinários exemplos de solidariedade e altruísmo nos motivariam a conter os excessos de individualismo.



PARA QUE SERVEM OS

SINDICATOS?

LUTA, DIREITOS E DEMOCRACIA
QUE TRANSFORMAM VIDAS

por João Marcelo Santos
CUT

Resistir nesse sentido é Re-existir, existir de novo, de outras formas, diferentes daquelas preconizadas e ajustadas a uma governabilidade neoliberal fascista. Uma re-existência que tome o princípio político do comum como um modo de vida, que nos permita viver junto ao outro, em conjunto ao outro, compartilhando modos de vida diferentes em suas formas, gestos, relações e intensidades. Que sejamos a resistência por meio de uma forma própria de re-existência!
(LOCKMANN, 2020)



Em algum momento chegamos a pensar que a pandemia da Covid-19 nos encorajaria a trilhar na direção de um mundo melhor. Imaginamos que o isolamento ao qual fomos submetidos provocaria uma maior valorização dos encontros e da sociabilidade. Que a morte trágica de milhões de seres humanos nos tornaria mais aptos para defender a vida. Que a dimensão global da pandemia abriria nossos olhos para relações internacionais mais cooperativadas. Que a mobilização patrocinada pelo poder público para nos proteger nos incentivaria a sermos mais decididos na defesa do patrimônio público. Que a ciência e a tecnologia seriam mobilizadas para salvar vidas e proporcionar bem estar. Que os extraordinários exemplos de solidariedade e altruísmo nos motivariam a conter os excessos de individualismo.

Infelizmente, não são os prognósticos positivos que estão se sobressaindo no mundo pós pandemia. Antes da Organização Mundial da Saúde decretar o seu término, os senhores das armas voltaram a investir pesado nos preparativos para uma guerra de grandes proporções.

As cifras destinadas a aperfeiçoar a matança nos orçamentos estatais são absurdas.

Vidas estão sendo dizimadas nos campos de batalha e transmitidas em nossos aparelhos eletrônicos sem nos causar repugnância. A espetacularização da matança em escala mundial se tornou rentável.

Durante as primeiras décadas do século passado, líderes autoritários ávidos de poder e de sangue, precipitaram duas guerras mundiais. Na época, pessoas que não estavam entorpecidas pela onda de desumanidade se perguntaram como a razão humana podia alcançar níveis tão elevados de estupidez. Hoje, devemos reformular essa pergunta da seguinte forma, como pode a inteligência humana ser capaz de destinar tantos recursos tecnológicos para o aniquilamento da nossa espécie?

Os INIMIGOS da Democracia

Uma pequena casta de endinheirados, preocupada apenas em se safar deste planeta no momento do armagedom, precisa combater a democracia para realizar seus intentos mais perversos. A fabricação de líderes autoritários que se apresentam como antissistema, a produção em massa de indivíduos voltados para si mesmos e com baixa capacidade de convívio social e a transformação dos espaços públicos em circo de horrores são os dispositivos utilizados pelos endinheirados para abater a democracia.

Quando a democracia padece, as nossas diferenças passam a ser tratadas com brutalidade.

Em defesa da democracia



O enfraquecimento da democracia explica em muito a onda de violência que contamina o nosso cotidiano. As armas falam mais alto quando a força da palavra perde sentido. A energia vital da democracia é a política, criminalizá-la é o mecanismo mais utilizado pelos endinheirados para sacrificar a democracia. Pois sabem que ela é única barreira capaz de impedir a escalada destrutiva.

Os DEFENDORES da Democracia

A democracia é incompatível com a indiferença. Ela se nutre de coletividades que se organizam para conquistar direitos. A existência de movimentos sociais que mobilizam seus integrantes para defender direitos é o que confere sentido a democracia. É através dos movimentos sociais que os indivíduos se tornam sujeitos coletivos e com capacidade de enfrentar as injustiças, as desigualdades e a dominação.

São os movimentos sociais que impulsionam a história na direção de um mundo mais humano. São eles que se contrapõem ao que é retrogrado e ao que nos limita socialmente. Isso explica a aversão que os inimigos da democracia nutrem contra os movimentos sociais que lutam verdadeiramente para ampliar direitos.

Não diminuiremos o nosso enorme déficit habitacional, sem coletivos que lutam pelo direito de morar. Não garantiremos uma aposentadoria justa se os aposentados não se movimentarem para garantir vida digna na terceira idade. Não faremos uma grande transformação na educação se estudantes, professores e seus familiares não lutarem cotidianamente por ela. Não asseguraremos o direito a saúde, consagrado na nossa Constituição Federal, se não defendermos melhorias no SUS. A emancipação das mulheres só continuará avançando se seus movimentos e coletivos seguirem combatendo a opressão de gênero. Não nos livraremos do racismo incrustado nas estruturas da nossa sociedade se negros e negras não lutarem cotidianamente em todos os espaços para enfrentar o preconceito étnico racial. Não haverá respeito a diversidade humana sem coletivos sociais que travam uma árdua batalha contra as discriminações. Direitos trabalhistas só serão preservados e ampliados se tivermos sindicatos atuantes.

A democracia precisa que a sociedade se mobilize permanentemente para defendê-la, visto que os que querem destruí-la são altamente poderosos e perigosos.



Os trabalhadores são os artífices da democracia

Através do trabalho vencemos os desafios da sobrevivência da nossa espécie. O trabalho nos modelou biologicamente e nos capacitou para enfrentar os condicionamentos da natureza. Trabalhando expandimos as nossas capacidades criativas, desenvolvemos culturas e produzimos riqueza. Entretanto, nenhuma outra dimensão humana foi tão terrivelmente explorada quanto o trabalho. A história do trabalho é marcada por sofrimento e desumanização. Ao longo dos tempos, os trabalhadores procuraram, de todas as formas, romper com a degradação do trabalho.

Com a expansão do trabalho assalariado os trabalhadores criaram organizações sindicais para alargar seus direitos. Nenhum direito foi concedido harmoniosamente por quem explora o trabalho alheio. Tampouco foi adquirido através do pleito individual de algum trabalhador junto ao seu empregador. Individualmente os trabalhadores são esmagados pelos seus empregadores. Os direitos trabalhistas que temos na atualidade são resultado da luta coletiva.

A busca incessante por salários justos, jornadas de trabalho menos extenuantes, preservação da saúde, relações democráticas nos ambientes de trabalho, igualdade entre homens e mulheres, fazem parte da luta permanente das entidades sindicais.

A única forma de se enfrentar o poder dos que enriquecem com o trabalho alheio é através de organizações coletivas, de sindicatos.

Os trabalhadores inventaram diversas formas de lutas. Protestos, paralisações, redução do ritmo de trabalho, micro resistências no ambiente de trabalho e a greve. Já os empregadores possuem todos os meios para subjugar os trabalhadores. Ameaças, constrangimentos, demissão, utilização da força policial e judicial e a fabricação de ideologias para alienar os trabalhadores. As relações de trabalho são sempre assimétricas.

Sindicatos existem em praticamente todas as formas de governo. Essa é a prova inequívoca que as organizações sindicais e a grande ferramenta que os trabalhadores possuem para se defender da exploração. Os trabalhadores perceberam que a democracia é fundamental para conquistar o trabalho decente. Por isso, que as organizações coletivas dos trabalhadores são as principais artífices da democracia. Direitos trabalhistas são bens preciosos e os sindicatos são seus guardiões. Quando viramos as costas para os sindicatos abrimos as portas para que os inimigos da democracia e dos direitos entrem e nos assaltem. Quando nos tornamos coniventes com os que querem eliminar os sindicatos acabamos sendo cúmplices desta onda destrutiva que ronda a humanidade.



ANDANÇAS DE LUTAS

SEM RETROCESSOS
E COM OUSADIA!
por direção Ceprol

O perigo, em suma, é que em lugar de dar fundamento ao que já existe, de nos tranquilizarmos com esse retorno e essa confirmação final, em lugar de completar esse círculo feliz que anuncia, finalmente, após mil ardis e igual número de incertezas, que tudo se salvou, sejamos obrigados a continuar fora das paisagens familiares, longe das garantias a que somos habituados, em um terreno ainda não esquadrihado e na direção de um final que não é fácil prever.

(FOUCAULT, 2007)





SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES



2022 DEZEMBRO

CEPROL HOUR
Boteco de Final de Ano
Encontro histórico da categoria
de confraternização e
comemoração da vida!



JANEIRO
FÉRIAS
COLETIVAS



FEVEREIRO
VOLTA ÀS AULAS
Abertura do Ano Letivo
#pagueopisovanazzi



MARÇO
MULHERES DE LUTA
MUDAM O MUNDO
Lançamento da Cartilha

2023

JULHO

CEPROL PARTY
Let's dance! A festa do ano
que abalou as estruturas
da sociedade leopoldense
e a nossa categoria fortaleceu
os laços para a luta!



AGOSTO

MARCHA DAS MARGARIDAS
Margaridas na luta por um
Brasil com soberania popular,
democracia, justiça, igualdade
e livre de violência.
16° CECUT: luta, direitos e
democracia que
transformam vidas.
40 anos! Poa/RS.



SETEMBRO

**GRITO DOS EXCLUÍDOS
E DAS EXCLUÍDAS**
Vida em primeiro lugar!
Você tem fome e sede
de quê?
CAMPANHA PARA ELEIÇÃO
DOS CONSELHOS TUTELARES:
em defesa de uma rede
de proteção às
comunidades escolares.



ANDANÇAS DE LUTAS



ABRIL

CAMPANHA SALARIAL
piso, carreira e reajuste!
Em defesa do Piso Nacional
Salarial do Magistério.



MAIO

ATO UNIFICADO CUT
Dia dos trabalhadores
e das trabalhadoras.
**LUTA EM DEFESA
DO FUNDEB**
retirada do FUNDEB
do arcabouço fiscal
#defendaofundeb



JUNHO

UNIDADE E LUTA
PELO PISO Sindicatos
em Rede. Campanha
«Prefeito Fora da Lei
condena a Educação»
Cumpra a Lei.
Pague o Piso!

OUTUBRO

**11º ENCONTRO NACIONAL DA
CAMPANHA NACIONAL PELO
DIREITO À EDUCAÇÃO:**

rumo ao novo PNE sem retrocessos
e com ousadia! Salvador (BA)
representando o Comitê do RS
da campanha.

14º CONCUT: luta, direitos e democracia
que transformam vidas. 40 anos! São Paulo.

ELEIÇÃO CEPROL: eleita a diretoria
Gestão 2023/2026.

CONAEE 2024: realização da etapa
municipal da conferência nacional
de educação



NOVEMBRO

**ENCONTRO COM
AS APOSENTADAS:**

Café & Prosa na
Sociedade Orpheu.

**XXXII ENCONTRO
NACIONAL DOS
CONSELHOS MUNICIPAIS
DE EDUCAÇÃO:**

conselhos da educação:
significados para uma
nova década.



DEZEMBRO

**CONSELHOS DA
EDUCAÇÃO:**

significados para
uma nova década.

CEPROL HOUR:

unidade na diversidade.
Posse festiva da diretoria
2023-2026.



2024





MARCHA DAS MARGARIDAS 2023



Marcha das
Margaridas

Daisy Falconi
Patrícia Guterer
Professoras da Rede Municipal
de Ensino de São Leopoldo
Dirigentes do CEPROL Sindicato

OLHA, BRASÍLIA ESTÁ FLORIDA,

estão chegando as decididas.

Olha, Brasília está florida,

é o querer das Margaridas.

(Canto das Margaridas - Louca de Pedra Lilás)



SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES





A Marcha das Margaridas iniciou no ano 2000, com edições em 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019, com a mobilização e organização de mulheres de todo país. Em cada edição, a Marcha das Margaridas realiza um amplo processo de construção de sua plataforma política através de reuniões com a Coordenação Ampliada da Marcha - responsável por debater nos movimentos parceiros, nas Federações, sindicatos e comunidades rurais. A 7ª Marcha das Margaridas ocorreu nos dias 15 e 16 de agosto de 2023 na cidade de Brasília. As Margaridas da 7ª Marcha falam em “reconstruir o Brasil”, conforme o site oficial, porque reconstruir é necessário diante de tantos ataques aos direitos.

A abertura oficial foi no dia 15/08 às 17h no Pavilhão do Parque da Cidade, e contou com a presença de convidados e autoridades, mas as atividades já começaram pela manhã, com plenárias, oficinas e painéis temáticos, além de uma mostra com artesanato e produtos da agricultura familiar. A marcha ocorreu no dia 16/08 do Parque da Cidade até a Esplanada dos Ministérios.

A Marcha das Margaridas tem sido um projeto coletivo construído por mulheres trabalhadoras dos campos, das florestas, das águas e das cidades de diversos movimentos e organizações

sociais que acreditam na possibilidade de construirmos novas relações sociais, justas e igualitárias, com respeito a natureza e que propõe um Brasil sem violência, com base na democracia e soberania popular.

Mulheres negras, indígenas ou não, mulheres trabalhadoras dos campos, das florestas, das águas e das cidades têm vivenciado os efeitos danosos da ausência dessas políticas, com direitos que lhes foram negados, assim como a existência e possibilidades de cuidado, proteção e segurança. Por isso, essas mulheres se propuseram a marchar para RECONSTRUIR tudo o que foi destruído, como por exemplo, a devastação veloz da natureza e da biodiversidade, associada ao reforço das transnacionais da mineração e do agronegócio e o sacrifício da soberania nacional e popular, com a subordinação do país aos interesses das grandes corporações.

Duas Margaridas do CEPROL, as professoras Daisy Falconi e Patrícia Guterer, se uniram às mulheres de todas as partes do Brasil, representando nossa categoria de professoras e todas as mulheres da cidade de São Leopoldo. No dia 14 de agosto deste ano, embarcamos para a capital do Brasil para nos juntarmos às mais de 100 mil mulheres trabalhadoras dos campos, das florestas, das águas e das cidades “pela reconstrução do Brasil e pelo bem viver”.

Democratização do acesso à terra



Encontrar tantas mulheres de idades diferentes, de lugares variados, ouvir tantos sotaques e idiomas, culturalmente e socialmente diversas, nos despertaram emoções, sentimentos e nos fortaleceu, pois elas deixaram suas casas, suas famílias e seus trabalhos por uma causa, por sonhos, por esperança.

O Bem Viver nasce dessa experiência de vida coletiva e se expressa em formas de organização social e do viver coletivo, nos ensinando que é possível construir relações de solidariedade e coletividade por meio de valores e princípios comuns.

**Vida saudável
com agroecologia e
segurança alimentar
e nutricional**





Entendemos que existem distintas definições para a expressão Bem Viver, assim como são distintas as maneiras de vivenciá-lo, mas de um modo geral é possível a integralidade do mundo e uma vivência em harmonia com a natureza, envolvendo o cuidado, o respeito e a valorização de todas as formas de vida, assim como apontando e reafirmando a possibilidade de:

- uma economia construída a partir de práticas que levam a cultivar relações de reciprocidade, pautada na solidariedade, responsabilidade e integralidade;
- estabelecer uma relação de não-exploração com a natureza;
- usufruir do direito de viver em suas terras e territórios;
- mudar os moldes de produção e consumo, e propor novas formas de produção de alimentos, de modo a fortalecer a soberania e segurança alimentar e nutricional;
- participar plenamente na política e nos espaços de decisões;
- limitar a concentração de riqueza, levando a uma convivência sem desigualdades, sem pobreza, sem fome, sem racismo e sem violência, em que as mulheres do campo, da floresta e das águas tenham autonomia sobre seus corpos-territórios;
- cultivar relações em que o cuidado e os afetos sejam resguardados por todas e todos.

EIXOS POLÍTICOS DA MARCHA DAS MARGARIDAS 2023

- democracia participativa e soberania popular;
- poder e participação política das mulheres;
- autodeterminação dos povos, com soberania alimentar, hídrica e energética;
- democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e dos territórios;
- vida saudável com agroecologia e segurança alimentar e nutricional;
- direito de acesso e uso da biodiversidade, defesa dos bens comuns e proteção da natureza com justiça ambiental e climática;
- autonomia econômica, inclusão produtiva, trabalho e renda;
- educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo;
- saúde, previdência e assistência social pública, universal e solidária;
- universalização do acesso à internet e inclusão digital;
- vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo;
- autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade.



A 7ª Marcha da Margaridas levou as pautas das mulheres ao governo federal em Junho/2023. No dia 16 de agosto, foram entregues em Ato Público, na Esplanada dos Ministérios, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da primeira-dama Janja da Silva, de ministros e ministras que participaram do diálogo e responderam às pautas de reivindicações das Margaridas.

O governo federal anunciou um conjunto de medidas que atendem a parte das principais reivindicações, como a retomada do Programa Nacional de Reforma Agrária, com prioridade para as mulheres; criação do Programa Quintais Produtivos, voltado para a promoção da segurança alimentar e nutricional e da autonomia econômica das mulheres rurais; Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios; Programa Nacional de Aquisição de Alimentos; Plano Safra para Agricultura Familiar.

Participar da luta coletiva das mulheres é de extrema importância por várias razões como solidariedade e apoio mútuo, amplificação de vozes, visibilidade e conscientização, construção de força política, mudança cultural, etc. Engajar-se na luta coletiva das mulheres permite criar uma rede de apoio e solidariedade entre mulheres que compartilham das

mesmas experiências, desafios e objetivos através do compartilhamento de histórias, ideias e recursos, as mulheres podem se fortalecer mutuamente e enfrentar os obstáculos de forma mais efetiva.

Quando as mulheres se unem em uma luta coletiva, suas vozes se tornam mais poderosas e têm maior impacto. Juntas, podem chamar a atenção para questões importantes, exigir mudanças e pressionar por políticas e leis que promovam a igualdade de gênero e o empoderamento feminino. Participar da luta coletiva das mulheres é uma maneira de aumentar a visibilidade das questões femininas e promover conscientização sobre a desigualdade de gênero. Ao levantar as demandas das mulheres e compartilhar informações sobre seus direitos, desafios e conquistas, é possível educar a sociedade e combater estereótipos prejudiciais.

A união das mulheres na luta coletiva tem o potencial de construir uma força política significativa. Ao mobilizar-se em torno de questões como igualdade salarial, direitos reprodutivos e combate à violência de gênero, as mulheres podem pressionar legisladores e influenciar as políticas públicas de forma positiva.

A luta coletiva das mulheres contribui para a mudança cultural e social ao desafiar normas e valores patriarcais, possibilitando dar início a transformações duradouras na sociedade, criando espaços mais inclusivos, igualitários e respeitosos para todas as pessoas.



A luta das mulheres camponesas

Participar da luta coletiva das mulheres é uma maneira poderosa de promover a igualdade de gênero e contribuir para uma sociedade mais justa e equitativa. Cada voz e ação fazem diferença na busca por um futuro melhor para todas as mulheres.

A luta das mulheres é essencial para a conquista de direitos e a igualdade de gênero em todas as esferas da sociedade. A relevância dessa luta se destaca pela igualdade de oportunidades, pois durante muitos séculos, as mulheres enfrentaram discriminação e barreiras que limitavam suas oportunidades no âmbito educacional, profissional e político.

A luta das mulheres visa eliminar essas desigualdades e garantir oportunidades iguais para que as mulheres possam alcançar seu pleno potencial e exercer suas escolhas sem restrições baseadas no gênero. A luta das mulheres também está ligada à defesa dos seus direitos reprodutivos, que envolvem o acesso à saúde sexual e reprodutiva, à contracepção, ao planejamento familiar e ao direito ao aborto legal e seguro. O poder de decisão sobre seus próprios corpos é um aspecto fundamental da autonomia e da igualdade para as mulheres. Infelizmente, a violência de gênero ainda é uma realidade em todo o mundo.

A luta das mulheres busca combater e erradicar todas as formas de violência, como agressões domésticas, estupros, assédio sexual, tráfico humano e mutilação genital feminina.

Essa luta visa garantir a segurança e o bem-estar físico e emocional das mulheres. As mulheres têm sido historicamente sub-representadas nos espaços de poder, incluindo a política. A luta das mulheres busca a representatividade política igualitária, permitindo que elas tenham voz ativa nas decisões que afetam a sociedade como um todo. Ter mais mulheres em posições de liderança política também é essencial para abordar questões específicas relacionadas às mulheres e suas necessidades.

A luta das mulheres desafia os estereótipos de gênero que limitam as mulheres a papéis tradicionalmente considerados femininos. Isso envolve promover a igualdade na educação, desconstruir ideias preconceituosas sobre habilidades e capacidades baseadas no gênero, além de encorajar a liberdade de expressão e escolha individual. Esses são apenas alguns aspectos da importância da luta das mulheres para construir uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. É essencial reconhecer e apoiar essas lutas, promovendo a igualdade de gênero e o empoderamento feminino em todas as áreas da vida.



**Marcha das
Margaridas**

**Mas quem foi Margarida?
Mulher, trabalhadora, sindicalista,
lutou por dignidade de vida, por direitos, por
justiça. Mas sua voz se calou.
Mas se calou de forma
trágica... Foi assassinada!**

**Mas do sangue derramado daquela luta,
daquela voz que tanto bradou,
se urgiram milhares de Margaridas.**



**que lutam,
que reivindicam,
que tem sonhos
e esperanças.**

**Uma voz se calou, ou melhor foi calada,
mas muitas outras se levantaram,
e hoje, somos todas Margaridas!**

**Trabalhadoras dos campos,
das florestas, das águas e
também das cidades,
lutamos!**



**Somos todas Margaridas
mulheres, trabalhadoras, sindicalistas,
negras, indígenas ou não, lutamos!
Bradamos para todos que quiserem
e não quiserem ouvir, por direitos,
por justiça, por dignidade de vida,
pela reconstrução do Brasil e pelo bem viver.**



**SOMOS
TODAS
MARGARIDAS**



Por ser considerada a maior mobilização de mulheres do campo e das cidades da América Latina, participar da 7ª Marcha das Margaridas foi um momento indescritível, pois nos fortalecemos na certeza de que juntas somos mais fortes. Estar junto desse movimento organizado foi uma experiência que levaremos para nossas vidas. Foram muitos os aprendizados com o contato de tantas realidades distintas - vindas dos lugares mais distantes do nosso território brasileiro com inúmeros dias de viagem, elas ficaram acampadas em Brasília. Tudo isso aconteceu graças à força da luta coletiva dessas mulheres. As Margaridas se uniram em marcha em busca de justiça, igualdade, melhores condições para as trabalhadoras e o fim da violência contra as mulheres. Suas reivindicações são essenciais e ecoaram por todos os cantos do nosso Brasil. A coragem das participantes nos reenergiza para luta e nos faz acreditar em um mundo melhor, sem discriminação e preconceitos, trazendo a esperança de um mundo mais justo para se viver.

Viva as Margaridas!



SAÚDE DOCENTE

UMA QUESTÃO PÚBLICA

por Cristiane Mainardi

Professora da Rede Pública de Ensino de São Leopoldo
Dirigente do Ceprol Sindicato

A saúde de profissionais da educação é uma questão importante devido à natureza do trabalho educacional. Existem várias questões de saúde que afetam as trabalhadoras e trabalhadores da educação, e é essencial reconhecer e abordar esses problemas para garantir seu bem-estar e melhorar a qualidade do ambiente de trabalho. Entre aspectos importantes a serem considerados inclui-se a exposição a uma variedade de doenças infecciosas como resfriados, gripe e infecções virais. A promoção da saúde preventiva e vacinação são essenciais para reduzir as doenças. No entanto, estão longe de ser as doenças infecciosas as que mais assolam a categoria. A saúde mental também é um aspecto crucial a ser considerado devido ao estresse excessivo pelas exigências da profissão. Doenças como ansiedade e depressão têm sido frequentes. Diante disso, é essencial criar políticas e mecanismos eficazes para prevenir, denunciar e lidar com qualquer forma de opressão, garantindo a segurança e o bem-estar de quem está na linha de frente da educação. Precisamos entender que a saúde da maior categoria de servidores que lidam com grande parte da população é uma questão de saúde pública.



Atualmente “estamos vivendo no limite do abismo da desorientação social, produto da doutrina do choque neoliberal, e na política de implementação da precarização existencial. Mais do que nunca, a escola deve se empoderar como instituição” (CARVALHO, p. 99-100). Esse levante deve se dar mesmo diante do enfraquecimento causado pelos efeitos do neoliberalismo de mercantilização da vida imposta pelo sistema capitalista contemporâneo. A Organização Mundial de Saúde (OMS) trata como um desafio a Saúde de Trabalhadores e Trabalhadoras, sendo que atualmente a depressão é a principal causa de problemas de saúde e de incapacidade em todo o mundo. Os afastamentos dos/as professores/as do trabalho por questões ligadas à saúde mental são preocupantes e ocorrem por causa de inúmeros fatores, como por exemplo: longas jornadas de trabalho, excesso de demandas, falta de autonomia pedagógica, frustração com o sistema educacional, problemas de relacionamento com alunos e pais, violência no ambiente escolar, salas de aulas lotadas, ruído em excesso, o aumento do número de inclusões sem suporte necessário, a precariedade dos recursos materiais, a imposição de um sistema burocrático, a falta de apoio da equipe gestora e de colegas, etc. O sofrimento psíquico pode levar até ao suicídio, pois muitas vezes o adoecimento não é compreendido nos locais de trabalho e a sociedade exige a eficiência.

A profissão docente requer um grau elevado de relação com o público, gerando condições estressantes e exaustão emocional que podem levar à Síndrome de Burnout. Segundo Fabris, Dal'Igna e Silva (2018), precisamos levar em consideração “a complexidade dos fenômenos sociais que atravessam a educação e a formação e do que está a ser exigido aos professores, como se apenas deles dependessem a redenção e a solução de todos os problemas que atravessam a educação e a instituição escolar” (p. 15).

Quando se fala em docência temos levar em contas as condições de trabalho docente que estão relacionadas a um conjunto de aspectos que podem interferir no trabalho e causar adoecimento. Um ambiente saudável inclui múltiplos fatores como infraestrutura física e aspectos psicossociais. Um local de trabalho negativo deve ser combatido, pois quando as condições nas escolas são precárias, o trabalho docente fica comprometido, causando efeitos perversos às/aos profissionais, levando a problemas de saúde física e mental, induzindo ao uso abusivo de medicamentos, álcool e outras drogas. Outro fator da falta de condições, são os acidentes de trabalho, aquele acidente que ocorre no exercício da função. Os/as trabalhadores/as quando se acidentam ou adoecem por conta de sua atividade laboral devem preencher a Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT), porém há muita pouca informação no setor público educacional em relação aos acidentes de trabalho por não se receber orientação adequada de como proceder para garantir esse direito.

Cuidar da saúde previne doenças

Ainda sobre esse aspecto das faltas de condição Christian Laval (2004) coloca que essa realidade não é novidade:

Para ficarmos apenas nos fenômenos principais, o aumento do número de alunos no ensino fundamental, no médio e no superior é uma tendência de longa data em nossas sociedades. Ainda que se possa dizer que hoje ela conduz a uma massificação mal pensada, mal preparada e escassamente financiada, isso não é consequência de uma doutrina preestabelecida que visa resultados pré-programados. A escassez de recursos, a falta de docentes, a superlotação das classes, embora re ve le m u m a l ó g i c a d e empobrecimento dos serviços públicos, também se devem a uma velha tradição das elites econômicas e políticas, que, quando se trata da educação das crianças das classes populares, são generosas nos discursos e mesquinhas nos recursos financeiros (p. 26).

Outro elemento importante que pode ser colocado como causa para o adoecimento da categoria são as exigências sociais diante das condições desfavoráveis ligadas à atividade educacional. Essas exigências trazem consequências diretas para a saúde de professores/as do ensino público que estão lidando com situações adversas de toda ordem, como as já citadas, como fatores estressantes.

O estresse derivado da violência moral sobre a docência com a pressão social se dá através represálias das famílias e da gestão escolar, assim como da mantenedora contribuindo para o adoecimento. Diante disso, há o sistema que submete à competitividade e, ao mesmo tempo, esquizofrenicamente, à flexibilização na pressão por índices e resultados. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2010):

(...) ao transformar questões sociais mais amplas em problemas técnicos, a lógica neoliberal justifica a situação da educação como resultado exclusivo de fatores como: má gestão, falta de produtividade e esforço dos professores, métodos atrasados e ineficientes. Essas justificativas, ao serem apresentadas dessa forma, ao mesmo tempo em que responsabilizam os professores pelo sucesso ou insucesso dos seus alunos, também reforçam a necessidade de que professores se tornem cada vez mais flexíveis para atender às necessidades de aprendizagem de todos.

Ser docente hoje em dia tem sido muito desafiador, pois o sistema nos transformou em trabalhadores/as algozes de nós mesmos/as. Grande parte dos/as trabalhadores/as em educação precisam se desdobrar em jornadas de trabalho de até 60 horas semanais para manter minimamente uma vida digna. Nossa sociedade sofre os efeitos da apropriação e aceleração do tempo pelo capitalismo, que passa a colonizar e administrar nosso tempo-espço, e já não temos mais tempo para cuidar de nós mesmos/as.

¹ A Teoria do Capital Humano é proposta por Theodore William Schultz (1960) em seu livro intitulado O valor econômico da educação e tratada por Michel Foucault como um dos principais desenvolvimentos teóricos da Escola de Chicago.

Nos tornamos Capital Humano¹, sujeitos que investem em si mesmos/as para obter renda, absorvidos por uma racionalidade neoliberal que transforma as pessoas em empresários/as de si mesmos/as. A questão do tempo se agrava para a profissão docente considerando que a grande maioria da categoria é formada por mulheres, pois a elas é designada a responsabilidade pelo trabalho doméstico e pela maternidade.

O problema das grandes jornadas de trabalho da profissão docente está aliado historicamente à desvalorização profissional, muito clara quando comparada com outros profissionais com a mesma formação. A profissão vive um processo de desqualificação, criminalização e pauperização, levando um grande número de trabalhadores/as em educação, reincidentemente, a se endividar com empréstimos bancários, enriquecendo os banqueiros com os juros altos pagos pela maior categoria profissional do país. Conforme Zygmunt Bauman (2007), vivemos uma vida líquida, “que alimenta uma insatisfação do eu consigo mesmo” (p. 19), sendo ao mesmo tempo consumidores e objetos de consumo. Em busca de uma vida digna e ou satisfatória, a classe trabalhadora acaba exausta, doente, endividada e frustrada, pois esse bem-viver parece inalcançável.

e. Nossa categoria faz parte da classe trabalhadora submetida aos baixos salários e a carga-horária extenuante que ocasionam o adoecimento docente.

As mudanças sociais e inovações tecnológicas são fatores que têm gerado diversas transformações no cotidiano dos/as professores/as. As mudanças constantes também são fonte de adoecimento no trabalho. A introdução de novas tecnologias traz consigo diversas alterações na relação de profissionais da educação com a função até então desempenhada, exigindo constante qualificação para operá-la e novas considerações para a educação, como o aumento do ritmo e da intensidade do trabalho. Essas mudanças repercutem no trabalho docente e têm contribuído para o surgimento de ansiedade, frustrações e de doenças. O mundo do trabalho contemporâneo tem que refletir sobre a intensificação das nossas atividades laborais relacionada às novas tecnologias e seus impactos para a saúde de trabalhadores/as com a burocratização, a sobrecarga de informações, o aumento da pressão sobre o tempo e ritmo de trabalho, maiores exigências de mobilidade e flexibilidade, demanda por grande disponibilidade, bem como a crescente insegurança no trabalho que aumentam o estresse e as doenças a ele relacionadas.



Empatia e acolhimento na promoção da saúde

A escola, como uma instituição de socialização e de troca constante de saberes, pode promover a reflexão contínua sobre as condições de trabalho. A categoria docente precisa se enxergar como um coletivo, se unir em defesa uns/umas dos/as outros/as em posição de igualdade e enquanto colegas para buscar juntos/as alternativas para solução de problemas. Os desafios impostos de garantir as decisões de forma democráticas, a empatia, a escuta e o acolhimento são estratégias para promover a saúde e um ambiente escolar saudável. Um ambiente de trabalho saudável é resultado de um esforço conjunto em muitas dimensões, abrangendo a gestão democrática, a autonomia pedagógica, harmonização das relações interpessoais, a potencialização do respeito mútuo e de atitudes não discriminatórias, proporcionando e fortalecendo permanentemente uma cultura da paz.

As condições de saúde docente da educação básica são pouco abordadas, pois parece não interessar às autoridades públicas, mas o elevado índice de afastamentos por adoecimento mental é uma realidade que precisa ser refletida e enfrentada com a imediata implementação de políticas públicas em saúde. Urge a intervenção do poder público através

de políticas de Estado de valorização profissional, promoção de saúde e de qualidade de vida dos/as trabalhadores/as em educação. Para tanto, é imprescindível a gestão democrática de fato, ouvindo as demandas docentes e dos diversos segmentos, para promover as mudanças estruturais que o sistema educacional necessita. Só assim o Estado pode oferecer de fato uma educação pública, gratuita e de qualidade para a toda a população, pois todos/as fazem parte da comunidade escolar.

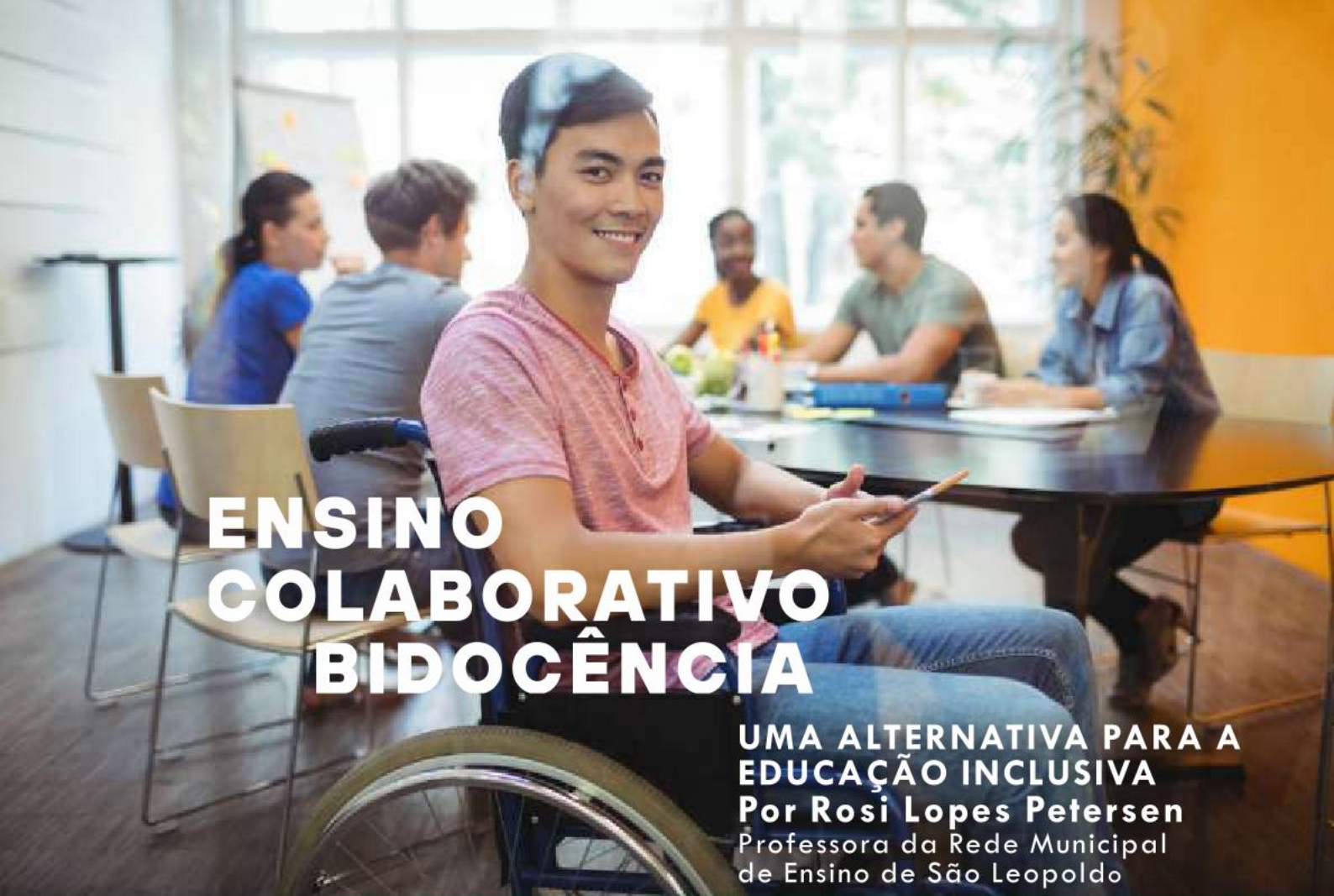
A saúde docente e as condições de trabalho são pautas históricas do movimento sindical do CEPROL, porém a luta tem sido contra um sistema de mercantilização da vida. Cada vez mais essa pauta tem sido recorrente nos atendimentos da entidade aos/às associados/as que estão expostos/as às condições de trabalho desumanizadas. Diante dos inúmeros desamparos apresentados, não há ainda amparo em saúde para a categoria. O Ipê Saúde sofreu a precarização e um desmonte resultando em aumentos de alíquotas progressivas que se tornaram impagáveis. Os planos de saúde privados cobram valores exorbitantes que não cabem nos nossos salários.

O município de São Leopoldo não contribui com nenhuma contrapartida da prefeitura para viabilizar um plano de saúde adequado e não garante uma medicina preventiva, não tendo sido nem mesmo regulamentada a dispensa para consultas e exames.

respeite e apoie as professoras



Há, inclusive, o constrangimento por parte do município que exige atestado médico de afastamento por adoecimento que impossibilite a atividade laboral com comprovação do tipo de doença (Classificação Internacional de Doenças - CID). Em resumo, para um município que tem como mote a qualidade da educação, é fundamental reconhecer e abordar as necessidades específicas das/os trabalhadoras/es da educação em relação à saúde. Isso envolve a implementação de medidas preventivas, fornecimento de suporte adequado, garantia de condições de trabalho seguras e saudáveis e promoção de um ambiente de trabalho que valorize, respeite e apoie as trabalhadoras da educação. Como sindicato precisamos permanecer na luta constante por valorização profissional e melhores condições trabalho, enfrentando governos que transformam nossas vidas em mercadoria e resistindo ao sistema de precarização da educação através da nossa unidade na coletividade.



ENSINO COLABORATIVO BIDOCÊNCIA

UMA ALTERNATIVA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Por Rosi Lopes Petersen

Professora da Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo

Na Campanha Salarial de 2023, o Ceprol Sindicato incluiu o tema do “Ensino Colaborativo ou Bidocência” em suas reivindicações nas pautas específicas, como uma alternativa para o atendimento ao estudante com deficiência. Este artigo traz algumas reflexões sobre essa temática, contribuindo para o debate sobre alternativas para implementação de ações pedagógicas para uma verdadeira inclusão.

A política nacional de Educação Especial tem passado por mudanças estruturais e conceituais devido aos documentos legais, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a Resolução nº 04 de 2009, o Decreto nº 6.711 de 2011, entre outros. Documentos esses que identificam um avanço das propostas de política de inclusão e orientam o serviço de apoio da Educação Especial para as escolas regulares, normatizando o suporte especializado que é oferecido pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE).



participação de mais de um professor em sala de aula

Esse atendimento se apresenta como diretriz que orienta as ações de ensino nas escolas inclusivas. O AEE é oferecido, normalmente, no contra turno, nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), e é compreendido como um conjunto de atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade organizados de maneira a complementar a formação de estudantes com deficiência e transtornos globais e a suplementar a formação de estudantes com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2011).

Ocorre que, segundo o último Censo Escolar da Educação Básica, o número de alunos com deficiência matriculados em escolas públicas e privadas eclodiu para quase 1,3 milhões de estudantes em 2022. Com os desafios em lidar cotidianamente com essa diversidade, surgem muitos questionamentos sobre as políticas de inclusão, principalmente quanto à eficácia da atuação do AEE. Esse sistema de apoio, baseado exclusivamente no AEE, não só acomoda a diferença, mas tem reforçado o distanciamento existente entre a Educação Especial e a Educação em sala de aula.

Entendemos que o AEE extraclasse é importante e necessário, mas somente ele não assegura o desenvolvimento e a qualidade da aprendizagem do estudante em sala de aula.

Pesquisas como as de Fontes (2013),

Braun e Marin (2016), Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) têm apontado a relevância do trabalho articulado da Educação Especial e da Educação em sala de aula. Orientada, timidamente, pela resolução CNE/CEB 4/2009, que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, em seu art. 13º que trata das atribuições do professor de AEE, sendo uma delas:

[...] estabelecer articulação com o professor de sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009, p. 3).

Mendes, Pletsch e Silva (2011, p. 262), já tinham apontado essa fragmentação ou a inviabilidade do sistema de apoio no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência, ao afirmarem que:

As trocas de experiência que poderiam possibilitar a constituição de novos habitus são solapadas por um cotidiano que impede o trabalho coletivo. Cada professor em sua sala de aula acaba sendo sujeito de práticas cristalizadas, acontecendo o mesmo com os professores dos serviços.

Porém, tem se observado no cotidiano das escolas que é comum a falta dessa articulação entre o trabalho executado pelo professor de sala de aula e o professor

A inclusão incorpora as diferenças

de AEE. Isso ocorre, entre outras razões, pela falta de tempo reservado aos planejamentos conjuntos e pelo descompasso entre os objetivos que a escola espera do aluno e o que o AEE apresenta.

Esse descompasso entre o trabalho desenvolvido pelo AEE e o realizado pelo professor em sala de aula, nos faz refletir e questionar. Como garantir um trabalho pedagógico articulado sem conhecer as dinâmicas diferenciadas que envolvem os dois espaços? Para Oliveira (2007), a inclusão escolar:

[...] deve ser capaz de atender a todos, indistintamente, sendo capaz de incorporar as diferenças no contexto da escola, o que exigirá a transformação de seu cotidiano e, certamente, o surgimento de novas formas de organização escolar [...] (p. 512)

Construir um modelo de educação inclusiva exige um projeto que tenha como objetivo elaborar práticas pedagógicas imparciais, igualitárias e justas para todos estudantes. Isso não é fácil e exige importantes mudanças na estrutura da escola em seu tempo, espaço, concepções pedagógicas e de aprendizagem.

Baseado nessas considerações, um modelo de atendimento que tem evidenciado bastante eficácia é o sistema de ensino colaborativo/bidocência, também

nomeado de ensino colaborativo ou bidocência.

ENSINO COLABORATIVO OU BIDOCÊNCIA

Diversos autores como Fontes (2007), Pletsch (2009), Milanese (2012), Braun (2012), Marin (2015), Castro e Vaz (2015), Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) têm divulgado estudos que indicam a complexidade da escolarização de estudantes com necessidades específicas de aprendizagem, trazendo questionamentos sobre o AEE. Esses estudos apontam que esse sistema tem ficado restrito a esse espaço de apoio, sem que haja mudanças significativas nas ações em sala de aula: “A abordagem de atendimento é funcionalista porque se centra em compensar supostos déficits no aluno com deficiência”. (Mendes, Vilaronga e Zerbato, 2014, p. 29).

Os autores confirmam essas análises que demonstram a forma de como o AEE tem sido proposto ao apontarem um grande “distanciamento entre os princípios que fundamentam as ações, encontrados nos documentos, e as práticas que deveriam consagrá-los” (Castro e Vaz, 2015, p. 11).

Desta forma, afirmam que:





[...] há “uma (im)possibilidade do AEE” no que se refere “ao trânsito entre responsabilização e aprendizagem sobre o processo de inclusão” para a escola e professores, pois as “possibilidades na prática estão aquém das apresentadas nos documentos aqui considerados”. Em outras palavras, o que está proposto nas normativas não tem sido possível de realizar, considerando a efetiva aprendizagem. (Braun e Marin, 2015, p 199)

Para Mendes, Pletsch e Silva, afirmam:

As trocas de experiência que poderiam possibilitar a constituição de novos habitus são solapadas por um cotidiano que impede o trabalho coletivo. Cada professor em sua sala de aula acaba sendo sujeito de práticas cristalizadas, acontecendo o mesmo com os professores dos serviços. (p. 262)

Com isso, se faz necessário pensar alternativas para o atendimento deste público, pois para garantir a aprendizagem se faz necessária uma dinâmica pedagógica que vá além do atendimento do AEE, construindo estratégias pedagógicas que possibilitem ao professor entender o processo de aprendizagem do estudante que contemple suas necessidades específicas.

**criar recursos
e adequar as
condições**

Dessa forma, estudos tem apontado o ensino colaborativo/bidocência como uma estratégia promissora para auxiliar na estrutura das ações do AEE, que tem sido referendado por autores nacionais e internacionais.

Ensino colaborativo ou bidocência consiste na atuação conjunta de dois professores em uma mesma sala de aula, visando atender de forma mais eficaz os estudantes com deficiência, assim como os demais.

Segundo Capellini & Mendes (2008):

A força da colaboração encontra-se na capacidade de unir as habilidades individuais dos educadores, para promover sentimentos de interdependência positiva, desenvolver habilidades criativas de resolução de problemas e apoiar um ao outro, de forma que todos assumam as reponsabilidades educacionais. (p. 110).

O ensino colaborativo/bidocência visa à colaboração entre os docentes no planejamento de atividades para todos os envolvidos, ou seja, ambos são responsáveis pela qualidade das ações pedagógicas. Dessa forma, não há hierarquia na atuação dos professores, mas uma relação integrada que busca atingir objetivos comuns na condução das ações. Para Braun e Marin (2012), estas ações:

[...] revelam a importância de abordagens diferenciadas de ensino, tanto para o aluno que requer adequações, quanto para os demais alunos, os quais a partir dessas

Abordagens diferenciadas de ensino

diferenciações acabam, também, sendo privilegiados com diversas possibilidades de aprender e demonstrar o aprendizado. Além disso, há uma compreensão mais contextualizada sobre a diversidade em sala de aula, sendo a mesma vislumbrada sob a perspectiva da possibilidade, com a busca de novos caminhos; tirando o foco dos limites ou das dificuldades como balizadores do fazer pedagógico do aluno.

Para pesquisadores como Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014, p. 26), esse modelo de ensino é "um dos mais promissores suportes à inclusão", pois proporciona uma ampla transformação na estrutura da escola, provocando "a formação de equipes colaborativas, a inserção dos recursos materiais necessários na sala de aula e a melhoria na qualidade de ensino para todos". Embora não estejam indicando de forma direta, é importante analisarmos a ideia de colaboração no que indicam as normativas. Por exemplo, na Resolução nº 01/01, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em seu art. 8º, diz:

As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns: IV - serviços de apoio pedagógico especializado,

realizado, nas classes comuns, mediante: a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial; b) atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis; c) atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente; d) disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação (BRASIL, 2001).

No Parecer nº 17/01, há a determinação de que "o corpo docente, e não cada professor, deverá partilhar a responsabilidade do ensino ministrado a crianças com necessidades especiais" (BRASIL, 2001, p. 7). Assim, podemos perceber que esses documentos mencionam o caráter colaborativo na atuação pedagógica.

No Brasil, em São Paulo e Santa Catarina, já estão implementando o ensino colaborativo/bidocência em seus municípios, e tem obtido bons resultados. No Rio grande do Sul, a cidade de Erechim recebeu o Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas, concedido pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e pelo Ministério da Educação (MEC) e, segundo explica Manoela Rigo, diretora de escola:

Na escola todos estão preparados para receber o estudante, desde a portaria, até o atendimento em sala de aula. A secretaria de Educação fornece transporte adequado.

Além disso, nosso trabalho é feito com professores bidocentes. São dois professores em sala de aula, que atendem tanto ao estudante com deficiência quanto aos demais. E não há um professor principal e um secundário, mas sim os dois têm a mesma importância em sala de aula. (<https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/7825/erechim-tem-melhor-escola-de-educacao-inclusiva-do-brasil>)

Na cidade de Novo Hamburgo, a escola de aplicação da Universidade Feevale, incluiu esse formato de atendimento no seu Projeto Político Pedagógico desde 2007, e justifica:

[...] a Escola de Aplicação busca organizar a prática pedagógica, possibilitando a individualização do ensino de acordo com as particularidades de todos os alunos. Atendendo a esse princípio, a Escola trabalha com a bi-docência, que é a participação de mais de um professor em sala de aula. Pressupõe, sobretudo um trabalho de planejamento coletivo e de colaboração entre os profissionais, centrando-se no contexto do grupo, atendendo não só os alunos com necessidades educativas especiais, mas também as eventuais especificidades dos demais alunos, contribuindo, dessa forma, com o processo de inclusão escolar. As adaptações curriculares, tanto no que se refere às adaptações dos objetivos, dos métodos, como também da avaliação, ocorrem como uma das formas mais específicas de

contemplar as necessidades individuais do aluno.

Mas, a implementação deste modelo envolve muita formação, tempo, apoio, recursos, pesquisas, acompanhamento e muito esforço. O ensino colaborativo/bidocência é uma proposta desafiadora e trabalhar em equipe é um processo que demanda tempo, mas que promete garantir estratégias pedagógicas para todos estudantes, garantindo o direito de aprendizagem a todos/as estudantes. Segundo Imbernón (2010, p. 65): “colaboração é um processo que pode ajudar a entender a complexidade do trabalho educativo e dar respostas melhores às situações problemáticas da prática”.



**adaptação,
planejamento
e colaboração**



UM NOVO TEMPO HÁ DE VENCER, PRA QUE A GENTE POSSA FLORESCER

RELAÇÕES ENTRE
TRABALHO DOCENTE, GÊNERO
E SEXUALIDADE

Por Jonathan Vicente da Silva
Maria Cláudia Dal'Igna
Catharina da Cunha Silveira

NÃO ME PERGUNTE QUEM SOU

e não me diga para permanecer o mesmo.
(FOUCAULT, 2008)



Cenas da escola I: estudantes LGBTQIAPN+5

Glamour: “Ah, me encontrar. Eu precisei me encontrar na escola. É, que tipo, na verdade, desde o começo, eu nunca entendi, sabe? Porque selecionavam, assim: brincadeira de meninos e brincadeiras de meninas; brincadeiras com meninos e brincadeiras com meninas. Sempre me diziam e até me castigavam, às vezes, por eu brincar com as meninas, e por eu brincar com coisas de meninas. E eu não entendia, juro por Deus”.

Silvetty: “[...] muito das brigas que aconteciam era porque alguns meninos me chamavam de bixinha e eu revidava. Então, eu, como era vítima, virei culpada sempre, com esse a bixinha, a bixinha, a bixinha, eu nem sabia o que era isso, até eu entender que eles estavam tentando me ofender porque eu tinha um jeito mais afeminado, e porque eu andava sempre com as meninas, e quando eu estava com os meninos era pra outra coisa. Eu acabei participando da psicóloga, e até hoje ninguém nunca me contou o motivo de eu estar indo na psicóloga”.

Bernardo: “[...] chegava na fila no banheiro, me zoava dizendo que tava entrando no banheiro errado, que meu banheiro era o banheiro das meninas e perguntava se eu fazia em pé ou sentado. E, aí, é, assim, cochichava com os outros falando e, aí, era sempre uma situação, assim, vexatória, né?”.

Fonte: Entrevistas realizadas com pessoas autodeclaradas LGBTQIAPN+ sobre suas trajetórias escolares (Ruan SANSONE, 2020).

1 “Flutua”. Música de Johnny Hooker, com participação de Liniker. “O que vão dizer de nós? Seus pais, Deus e coisas tais. Quando ouvirem rumores do nosso amor? / Baby, eu já cansei de me esconder / Entre olhares, sussurros com você / Somos dois homens e nada mais / Eles não vão vencer / Baby, nada há de ser em vão. Antes dessa noite acabar / Dance comigo a nossa canção / E flutua, flutua / [...] Ninguém vai poder querer nos dizer como amar / E flutua, flutua / Ninguém vai poder querer nos dizer como amar / Um novo tempo há de vencer / Pra que a gente possa florescer / E, baby, amar, amar sem temer [...]”.

2 Pedagogo e Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, Brasil. Bolsista CAPES/PROEX. Integrante do Lola - Grupo de pesquisa em Trabalho docente, gênero e Sexualidade UNISINOS/PPGEdu/CNPq). E-mail: Jonathanvicente10@hotmail.com.

3 Pedagoga e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS. Professora da Rede municipal de Ensino de Porto Alegre e trabalha na gestão da condicionalidade da Educação do Programa Bolsa-Família neste município. Integrante do Lola - Grupo de pesquisa em Trabalho docente, gênero e Sexualidade (UNISINOS/PPGEdu/CNPq). E-mail: mcdaligna@hotmail.com.

4 Pedagoga e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professora dos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. Coordenadora do Grupo de pesquisa Lola - Trabalho Docente, Gênero e Sexualidade (UNISINOS/PPGEdu/CNPq). E-mail: catharinasilveira@gmail.com.

5 Por solicitação das pessoas participantes das pesquisas, os nomes citados são fictícios. Utilizamos, neste texto, a sigla LGBTQIAPN+, porque são utilizadas para referir-se às pessoas que não se enquadram nas normas de gênero e sexualidade, tais como: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexos, assexuais. Mesmo assim, reconhecemos a complexidade dos processos de classificação e, por isso, destacamos que tais siglas e/ou termos são insuficientes se considerarmos a complexidade que envolve a vida das pessoas e o modo como desejam ser reconhecidas.

Cenas da escola II: docentes LGBTQIAPN+

Professora Ju: “[Eu já lidei com] ex-diretora e ex-coordenadora pedagógica falando mal de mim: ‘não é uma boa professora porque não é uma boa influência para os alunos’; ‘[...] a professora Ju tem um problema, porque ela tem uma namorada, então tu sabe como é que é, né? Tem problemas psicológicos’”.

Rômulo: “Uma vez um pai [de um aluno] disse que o filho não podia – o filho tinha três anos e eu dava abraço e beijo em todo mundo na hora de ir embora – e o pai disse assim: diz pro teu professor que homem não beija homem! Daí eu fui dar tchau e ele disse: não! Meu pai disse que não é pra ti beijar meu rosto porque homem não beija homem. Daí eu disse: não, isso é um ato de carinho, teu pai não te beija no rosto? Sim [respondeu o menino]. Pois é, o professor está fazendo isso, é um ato de carinho, assim como eu abraço todo mundo [...]”.

Ramirez: “[...] eu tive que sempre provar que eu era bom, que eu era bom professor, que eu era decente, que eu não era pedófilo, que eu não era (silêncio), sei lá, tantas coisas que passam pelas cabeças das pessoas, né? Que vou te contar. A gente tem que estar sempre mostrando os lados positivos que pudessem ‘anular’ essa condição minha de ser gay. Mas sofri bastante, fui pra escola rezando pra tudo correr bem naquele dia, muitas vezes, eu fui assim, rezando pra que tudo ficasse bem”.

Fonte: Entrevistas com docentes autodeclarados LGBTQIAPN+ (Jonathan da SILVA, 2018).

6 A partir da nossa vinculação – política, acadêmica e profissional – com os estudos de gênero e com os estudos em docência, desde a perspectiva pós-estruturalista, adotamos, neste texto, a flexão de gênero de forma intercalada, ou seja, ora usamos feminino, ora usamos masculino, ou ainda, usamos expressões genéricas, como, por exemplo, docente ou estudante. Outro posicionamento, é nossa escolha por usar o nome completo das autoras e dos autores, quando citado pela primeira vez no texto.

7 Sugerimos a leitura do artigo: DAL’IGNA, Maria Cláudia; KLEIN, Carin. Gênero, sexualidade e processos de in/exclusão: desafios para a escola contemporânea. In: HATTGE, Morgana Domênica; KLEIN, Rejane Ramos (orgs.). Diferença e inclusão na escola. Curitiba: CRV, 2015. p. 121-133.

um olhar sob a perspectiva da docência

Quem já esteve diante de uma situação em sala de aula ou no contexto escolar que envolvesse gênero e sexualidade? Quantas de nós já paralisamos, silenciemos ou fingimos não escutar/ver, pois não sabíamos o que pensar e como agir? Quantos de nós já sentimos “na pele” como essas temáticas nos marcam como docentes ou estudantes LGBTQIAPN+?

Para compreendermos como nos relacionamos com gênero e sexualidade, é preciso assumir o seu caráter não natural e não universal. Isso nos possibilita problematizar como as diferenças e desigualdades são produzidas no interior das instituições e práticas sociais, constituídas pelos – e constituintes dos – gêneros e sexualidades (Guacira LOURO, 2014). Em outras palavras, a escola é atravessada por gênero e sexualidade, assim como participa ativamente da produção de diferenças e desigualdades de gênero e sexualidade⁷.

Ao mesmo tempo, ao apresentar as cenas de escola na introdução do texto, estamos convidando as colegas professoras e professores, a refletirem sobre a sua própria constituição. Você se identifica com alguma situação narrada? Ou recorda outras já vivenciadas por você, como docente e/ou estudante? Nossa intenção aqui, ao apresentar as cenas, é aprofundar o argumento que uma de nós tem defendido como pesquisadora, ao

mobilizar os conceitos de gênero e sexualidade, em articulação com outros marcadores sociais, para investigar o trabalho docente. Trata-se de um movimento que envolve aprender e desaprender sobre si, sobre a profissão e sobre essas temáticas. Um movimento que convoca cada um a refletir como “[...] nos constituímos e nos relacionamos conosco e com as nossas alunas [...] é um olhar da professora para si mesma e para nós como profissionais, sob a perspectiva da docência e da pedagogia” (DAL'IGNA, 2023, p. 33). Desejamos que cada docente possa aceitar o desafio de “olharem para si mesmos [...] para os modos como organizam o trabalho pedagógico na escola [...], como se relacionam com suas colegas, como se posicionam como profissionais nos contextos em que atuam (DAL'IGNA, 2023, p. 59), para questionar de que modos gênero e sexualidade atravessam e dimensionam os modos de ser, de estar e de constituir-se como sujeitos docentes e como sujeitos estudantes.

Seguindo com nossa análise, explicamos como entendemos gênero e operamos com e a partir dele. De antemão, dizemos que colocamos sob suspeita as concepções dicotômicas e polarizadas, que operam na lógica binária e essencialista (homem versus mulher; masculino versus feminino). Para isso, recorreremos aos estudos de pesquisadoras como Joan Scott (1995), Linda Nicholson (2000), Guacira Louro (2014; 2018) e Dagmar Meyer (2016).

Scott (1995, p. 3) aponta que o termo

gênero emerge dos movimentos feministas americanos que “queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”. Nesta direção, gênero se tornaria um modo de indicar as construções sociais sobre o que se entende por masculino e por feminino. Nicholson (2000) corrobora o que Scott (1995) nos apresenta. Por um lado, ela argumenta que o binarismo desse termo (gênero), desenvolvido e usado em oposição a sexo, descreve o que é socialmente construído. Isso possibilita pensar o termo descolando-o do corpo e estabelecendo relação com a personalidade, com o comportamento. Por outro lado, o termo passa a ser usado, frequentemente, “[...] como referência a qualquer construção social que tenha a ver com as distinções masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos femininos de corpos masculinos” (NICHOLSON, 2000, p. 53). A autora explicita que mesmo que a segunda concepção predomine nos discursos feministas, ainda existe uma herança da primeira, em que o sexo vai ocupar um lugar que fica de fora da cultura e da história, enquadrando sempre a diferença masculino/feminino. Louro (2018, p. 25) defende que são “múltiplas instâncias sociais, entre elas a escola, [que] exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero e



**entre o discurso e ação existe o respeito
e o saber lidar com as diferentes escolhas
e as diferenças**

colocam em ação várias tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos”. Portanto, para entender as relações entre homens e mulheres, além dos seus sexos, é preciso descrever e analisar tudo o que foi/é social, cultural e historicamente construído sobre os sexos.

As cenas escolares referidas são representativas de uma recorrência nas pesquisas que desenvolvemos e com as quais dialogamos, como a escola sendo um espaço que opera e se organiza a partir de um currículo cisheteronormativo. Portanto, devemos nos questionar: quais os efeitos disso? Partilhamos das discussões que entendem o currículo como um campo em disputa. Michael Apple (2011, p. 71) afirma que o currículo

[...] é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo.

Conforme apontam Dal'Igna, Klein e Meyer (2016, p. 470), ao articularem

debater as demandas é urgente

[...] gênero e currículo, nas perspectivas dos Estudos Feministas e de Gênero, dos Estudos Curriculares e do Pós-Estruturalismo, podem-se refletir sobre como gênero opera estruturando o próprio currículo, participando ativamente de processos de generificação de tais práticas.

Nesta perspectiva, Dal'Igna, Klein e Meyer (2016) nos provocam a pensar se nossos planejamentos contemplam e estão abertos às discussões no âmbito da política, da economia e do social, que acontecem no contemporâneo, ou conflituam com tais dimensões. As autoras indagam ainda que: “ao planejar, estamos levando em conta as urgências e as demandas atuais, como, por exemplo, as daqueles sujeitos e grupos que estão no centro das lutas pela conquista (e/ou manutenção) de direitos humanos e civis?” (DAL'IGNA; MEYER; KLEIN, 2016, p. 472).

Na contemporaneidade, são muitas as discussões no âmbito da política, das religiões e de alguns grupos sociais — com um caráter conservador/neoconservador — que circunscrevem e interpelam a docência. Discussões estas, muitas vezes, difundidas midiaticamente por meio de fake news que atacaram/atacam, por exemplo, projetos como o Programa Escola sem Homofobia que visava promover ações para combater as violências e discriminações de pessoas LGBTQIAPN+

nas escolas, e foi interpretado e amplamente divulgado e reduzido como “kit gay”. Contudo, tratava-se de um material intitulado “kit anti-homofobia”, produzido em um contexto formativo implicado com a “[...] necessidade de formar professores e professoras operacionalizados com conceitos de gênero, sexualidade e identidade de gênero, o projeto trazia materiais e discussões que preparassem docentes para o combate à

LGBTfobia e à valorização da diferença” (Carlos BARZOTTO; Fernando SEFFNER, 2022, p. 147).

Mencionamos o kit, para nos apresentarmos, enfim, a favor de estratégias formativas, direcionadas aos docentes, em uma direção oposta àquelas que ensejam

“barrar iniciativas educacionais sob a perspectiva de gênero” (Fernando BALIEIRO, 2018, p. 9). Com isso, não estamos nos posicionando a favor de qualquer formação ou de que tudo se possa na escola. Apostamos na formação para e com as discussões de gênero e sexualidade não como “uma tentativa de transformar os jovens em gays e lésbicas, um ataque à família”, como problematiza Fernando Penna (2017, p. 45), nos estudos em que desconstrói a suposta “ideologia de gênero”.



Nosso objetivo é, junto a outras e outros pesquisadores, defender, desde uma perspectiva ética, política e pedagógica, que é possível ampliar os modos de ver e nos relacionarmos com essas temáticas, e mais do que isso, com gênero e a partir dele, pensarmos outros modos de vida, outras representações e arranjos familiares, expandir os modos de olhar para as próprias categorias masculino/feminino. Trata-se de uma questão de direitos humanos, que pode – e deve – promover e fortalecer a promoção de políticas públicas em prol do respeito às diferenças e ao combate às violências. A nosso ver, este é o propósito do Lola - Grupo de Pesquisa em Trabalho Docente, Gênero e Sexualidade. Esses movimentos têm potência para fortalecer nossos trabalhos docentes, nossas relações com as comunidades escolares, podem, enfim, traduzir-se em novos tempos para que todas as gentes possam florescer.

É, sobretudo a partir dessas posições, que convidamos colegas docentes para refletirem sobre o cotidiano escolar, criando espaços de diálogo sobre gênero e sexualidade. O que apresentamos aqui é uma análise introdutória dos temas e está sustentada nas pesquisas realizadas no Lola. Este grupo está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Venha conhecer o Lola e dialogar conosco!

é uma questão de DIREITOS HUMANOS





NÃO À PEC 32

**A PEC 32/2020,
DA REFORMA
ADMINISTRATIVA,
É MESMO UMA
AMEAÇA?**

Por Marcelo Machado Carlini - CUT/RS



O QUE FAZER? NUMA PALAVRA: SIM. MAS É PRECISO DEMONSTRAR POR QUE E PARA QUEM.

Derrotado Bolsonaro nas eleições de 2022, restou o entulho golpista. A reforma trabalhista (Temer), a lei das terceirizações, a reforma da Previdência e a PEC 32/2020 (administrativa) são parte da agenda de “reformas” que têm em comum a redução do custo do trabalho e o desmantelamento e privatização dos serviços públicos. Não se trata de um fenômeno nacional, mas de uma política aplicada em vários países, cujo pano de fundo é a crise permanente e profunda do sistema capitalista que busca sobreviver às custas da ofensiva sobre direitos e conquistas dos trabalhadores, mesmo que para isso alimente a guerra e a destruição.

Contudo, mesmo a derrota de Bolsonaro não enterrou sua agenda. Arthur Lira (PP/AL), presidente da Câmara, turbinado pelo aumento paulatino do controle do orçamento da União e chefe de uma corte coesa por emendas parlamentares secretas ou não, segue mantendo de pé o que a maioria do povo

brasileiro rechaçou. O STF paulatinamente vem confirmando os pilares da reforma trabalhista e da Previdência.

Lira já adiantou que não aceita mexer na reforma trabalhista, na previdenciária, na privatização da Eletrobras e segue permanentemente ameaçando colocar em votação no Plenário a PEC 32. Qualquer análise ligeira dá conta de que ele tem votos suficientes nesse Congresso para aprovar a proposta de Bolsonaro.

Culpa do povo, que não sabe votar? Definitivamente não. Esse Congresso é o produto da falência do sistema político brasileiro, da distribuição desigual de recursos e das vitaminadas emendas parlamentares que alimentam uma cadeia que beneficia deputados federais, estaduais e até vereadores, autorreforçando que todos permaneçam onde estão. Só uma profunda reforma política pode romper essa lógica, reforma que não virá sem mobilização popular.

Mas, afinal, a PEC 32 “é para quem?”

A terceirização dos serviços públicos não é incomum e seus efeitos são conhecidos: salários baixos, contratações sem concurso e serviços ruins acompanhados de casos de corrupção. Canoas é um bom exemplo de para onde conduziu a terceirização da saúde pública. Porto Alegre já tem mais de 90% da atenção básica e dos postos de saúde terceirizados e entregues a grupos hospitalares privados. Faltaram o HPS e o Posto de Saúde da Cruzeiro. por conta da luta dos servidores, apesar da pressão do prefeito Melo (MDB).

A PEC 32 não é isso? Mas nem foi aprovada ainda!

Sim, ocorre que, dos cerca de 11 milhões de servidores públicos, que atendem 211 milhões de brasileiros, 1 milhão são federais, 3 milhões estaduais e o restante, cerca de 6 milhões, são municipais. Nos municípios, depois da Constituição de 1988, se concentram serviços básicos de saúde e educação, que na grande maioria ainda são públicos. Um prato cheio para a criação de cabides de emprego, favorecimento de terceirizadas e controle de votos em troca do que deveria ser direito da população.

A PEC 32, portanto, transforma em regra (terceirização) o que já vem sendo implementado em prefeituras e estados pelo país. A exemplo da

reforma da Previdência, que começou atingindo os servidores federais, a reforma administrativa de Bolsonaro seria rapidamente nacionalizada para as demais esferas.

É por isso que Lira faz pressão pela sua aprovação, primeiro porque dá seguimento à agenda do “mercado”, depois porque atende seus “clientes” em prefeituras. Não é secundário o fato de que sindicatos de servidores são invariavelmente pedras nos sapatos de prefeitos, pois a estabilidade permite mais facilmente denunciar malfeitos das administrações.

Os 1800 delegados ao CONCURTO (Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores), que ocorreu de 19 a 22 de outubro, em São Paulo, aprovaram por unanimidade, a realização de uma Marcha a Brasília no primeiro semestre de 2024. Na pauta, cobranças ao governo Lula pela revogação da reforma trabalhista, da lei de terceirizações, da reforma da Previdência e contra a PEC 32/2020, além de outras pautas que interessam aos trabalhadores dos setores público e privado brasileiros. Justo, só a luta pode varrer o entulho deixado por Bolsonaro e garantir que a pauta que fez Lula subir a rampa do Palácio do Planalto seja aplicada. Afinal, quem pode acreditar que haverá saída com Lira e esse Congresso?

É verdade que a PEC 32 não passa por Lula, afinal, é uma emenda constitucional e não é objeto de veto presidencial. Também por isso ela não pode sair do radar dos servidores das três esferas e de toda a população que depende dos serviços públicos. À luta! Mais uma vez!



O IAPS

E A REFORMA DA PREVIDÊNCIA Por Felipe Diego da Silva

Professor da Rede Municipal
de Ensino de São Leopoldo
Dirigente do Ceprol Sindicato

Em 2022, do dia 16 ao dia 23 de novembro, foi realizada a eleição do Conselho Deliberativo do IAPS. Nessa eleição, com a mobilização da categoria, através do CEPROL, conseguimos eleger no segmento dos servidores do quadro efetivo do Município dois professores: eu, Felipe Diego da Silva e a professora Elaine Gislei Camargo Camargo de Oliveira. A votação foi histórica, marcada pela demonstração de força da nossa categoria e do nosso sindicato.

Como conselheiro mais votado, na primeira reunião do Conselho Administrativo fui eleito presidente do colegiado. Nosso esforço como sindicato para eleger representantes nesse espaço se deu por entendermos que a nossa categoria precisa se fazer presente e ter vez e voz, pois nossa previdência precisa ser cuidada frente aos ataques incessantes aos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Apesar de termos representatividade no Conselho Administrativo do IAPS, é importante lembrar da possibilidade de participar das decisões, que podem ser acompanhadas pelas atas de reunião e relatório do cálculo atuarial que se encontram disponíveis no site do IAPS.



O IAPS e a reforma da Previdência

Quando falamos em previdência, não podemos deixar de falar da Reforma da Previdência (EC 103/2019) que trouxe mudanças a serem implementadas na previdência dos entes federativos. Apesar dela trazer inúmeras consequências, o nosso município implementou somente aquelas obrigatórias como a mudança da alíquota para 14%. No entanto, a EC 103 dá a liberdade para os entes federativos implantarem reformas da previdência mais duras do que a implantada no Regime Geral de Previdência - isso já tem acontecido em outros municípios e estados do Brasil afora. Pode ser aumentada a idade, ampliado o tempo de contribuição, aumentada a alíquota, cobrado previdência de aposentados, etc. O leque de maldades que Reforma de Bolsonaro abriu é imenso.

Apesar de atualmente o governo municipal ter se comprometido em não implementar nenhuma mudança na nossa previdência além das que foram impostas, é importante estarmos atentos. A EC 103 estabelece explicitamente que a existência de segregação de massas em um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) decorre da situação de insuficiência atuarial. A segregação de massas dos segurados do município consiste na divisão daqueles servidores que ingressaram no município até 2009 e os que entraram após.

Os primeiros estariam no Fundo em Repartição (Plano Financeiro), enquanto os últimos estão cobertos pelo Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário). Como o município implantou a segregação de massa para servidores que ingressaram até 2009, estaríamos com déficit. É importante ressaltar que eventuais insuficiências financeiras no nosso RPPS quem deverá cobrir os valores dos pagamentos dos benefícios é o município. Atualmente o ente municipal contribui com uma alíquota relativamente baixa, de 16,78%, para o Fundo em Repartição e, de 17,62%, para o Fundo em Capitalização, podendo chegar ao dobro do valor da alíquota do servidor, ou seja, 28%.

Como pode-se perceber, não haveria nenhuma justificativa “técnica” para uma reforma acontecer, pois, embora estejamos “tecnicamente” deficitários, na prática não é isso que ocorre. Afinal, é natural que o Fundo de Repartição que tem pago a grande maioria dos aposentados e pensionistas seja deficitário. Por outro lado, no Fundo Previdenciário os servidores ainda estão distantes da aposentadoria. Na prática nosso fundo está saudável e a decisão de uma reforma seria política. Segundo o último cálculo atuarial, o município não precisa realizar aporte financeiro nem mesmo no Fundo em Repartição que seria o fundo deficitário se permanecerem as previsões atuariais. Não haveria, inclusive, necessidade de alteração das alíquotas. No entanto, a EC 103, na prática, nos coloca em constante tensão. Apesar de não nos

incluir inteiramente na reforma, há uma grande facilidade de ser aprovada em nível municipal, ou seja, estamos muito mais vulneráveis à retirada de direitos.

Nesse sentido, não basta termos um olhar apenas para nosso município. Embora a reforma de 2019 não tenha modificado para nós o tempo de contribuição e de idade, ela nos fragiliza. Ao destruir os direitos previdenciários dos trabalhadores do Regime Geral de Previdência, ela nos fragmenta como classe trabalhadora. Dessa fragmentação, estamos a um passo de sermos criminalizados mais uma vez por sermos os “privilegiados” por termos estabilidade e previdência. É uma estratégia dos que defendem liberdade de mercado através da retirada de direitos da classe trabalhadora para o mercado ganhar competitividade. Não é à toa que soam discursos que temos que ter menos direitos em troca de mais empregos. Um trabalhador de aplicativo que está jogado à própria sorte não pode ter seu trabalho regulamentado, senão seu lugar no mercado está ameaçado.

Há no Brasil uma elite econômica que lutou para que a Reforma da previdência fosse aprovada. Aqueles que criaram, defenderam e financiaram a “reforma” nunca se preocuparam em se aposentar, pois nem mesmo são assalariados. Vivem, inclusive, com os altos lucros da dívida pública. Por isso houve uma defesa

ferrenha desses movimentos para a aprovação de medidas que cortam gastos do governo. Como nos alertou Maria Lucia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida, “a Previdência consumiu 24,48% do Orçamento Federal em 2018, mas os juros e amortizações da dívida pública ficaram com 40,66% do total”. Ou seja, a disputa é de quem vive de trabalhar contra quem vive de juros.

Portanto, é necessária a revogação da Reforma da Previdência. Não é por não termos sido tão afetados como os trabalhadores do Regime Geral da Previdência que estamos seguros. Estamos cercados enquanto classe trabalhadora. Essa reforma nos torna vulneráveis, não só por ser fácil de acontecer no nosso município, mas principalmente pela carga ideológica que ela carrega. Além de deixar milhões de trabalhadores desassistidos de uma previdência, empobrecendo a população, tem o poder discursivo de colocar trabalhadores contra trabalhadores. Afinal, o discurso dos defensores da economia do “estado mínimo” adora dizer que os servidores são privilegiados. No 14º Congresso Nacional da CUT foi aprovado a Marcha a Brasília no primeiro semestre de 2024. Nessa marcha, entre as pautas reivindicatórias, está a retomada dos direitos trabalhistas e previdenciários. Afinal, onde já se viu trabalhador da iniciativa privada não tem previdência nem direitos trabalhistas, enquanto os do setor público tem até previdência - esse é o discurso! Urge nós sairmos às ruas e cobrar a revogação da conquista de termos previdência.



REFORMA TRIBUTÁRIA

PARA HOMENAGEAR A CONSTITUIÇÃO

Por Dão Real Pereira dos Santos

Presidente do Instituto Justiça Fiscal (IJF)

Membro do coletivo Auditores Fiscais pela Democracia

A reforma tributária está presente na pauta política do Brasil há muitos anos e isso é, sem dúvida, um sinal de que o nosso sistema tributário tem problemas que precisam ser consertados. Todos, independente de ideologias, concordam que precisamos de uma reforma tributária; mas, evidentemente, dependendo do que se analisa, os problemas a serem corrigidos são distintos. Para os neoliberais, que defendem o Estado mínimo, o problema talvez seja apenas o tamanho da carga tributária e a complexidade da tributação. Para quem defende o Estado de bem-estar social, o principal problema é a sua regressividade. Diferentes concepções sobre o desenvolvimento econômico também implicam em distintas percepções sobre os problemas da tributação. Para cada concepção diferente de Estado, de desenvolvimento e de sociedade teremos problemas específicos a serem resolvidos no sistema tributário, pois os tributos são instrumentos que devem ser moldados para a construção de um projeto nacional. Portanto, a longevidade desse tema na pauta revela, em parte, a dificuldade de obtenção de consensos sobre o resultado final a ser produzido, porque sempre que o tema ressurgir, voltam também a se apresentar as distintas visões e expectativas sobre o papel do Estado e sobre o desenvolvimento econômico.



Reforma Tributária

A Constituição Federal de 1988, que completou 35 anos no mês de outubro, estabeleceu as bases para a construção de um Estado social, que pode ser verificado, já em seu Artigo 3º, com o compromisso de construir uma sociedade justa, livre e solidária, de promover o desenvolvimento nacional, de erradicar a pobreza e a marginalização, de reduzir as desigualdades e de promover o bem de todos. Portanto, o projeto nacional de Estado, de desenvolvimento e de sociedade não deveria ser objeto de divergências políticas; no entanto, apesar da Constituição estar em vigor há mais de três décadas, seus fundamentos continuam sendo atacados e disputados permanentemente.

A tributação é um dos principais instrumentos para viabilização do projeto constitucional; porém, diferentemente do que fizeram os países que instituíram seus Estados sociais, a maioria no final da década de 1940, a tributação no Brasil andou no sentido oposto às diretrizes constitucionais. Isso explica por que ainda não conseguimos cumprir integralmente nenhum daqueles objetivos, em que pese tenhamos avançado bastante em termos de universalização das políticas sociais. O necessário crescimento dos gastos públicos veio acompanhado do crescimento da carga tributária sobre os mais pobres e do alívio tributário para os mais ricos.

Os ataques à Constituição começam desde a sua promulgação, em outubro de 1988, e se concretizam principalmente em mudanças no sistema tributário. Os compromissos firmados na Constituição exigiam um sistema tributário progressivo que onerasse mais os mais ricos e menos os mais pobres e, neste sentido, a tributação sobre a renda deveria cumprir uma função essencial. Os constituintes sabiam disso, tanto que criaram até mesmo a possibilidade de se instituir um imposto sobre as grandes fortunas - o IGF - que, curiosamente, é o único tributo da Constituição que nunca foi implementado.

No entanto, já em 1989, o Imposto de Renda da pessoa física começou a ser esvaziado em sua progressividade. As sete alíquotas, que existiam, foram reduzidas para apenas duas e a alíquota máxima foi reduzida de 45% para 25%. Em 1995, com a Lei 9.249, os lucros e dividendos passaram a ser isentos de imposto e foi também criada a possibilidade de dedução da despesa fictícia de juros sobre o capital próprio, fazendo com que as rendas dos mais ricos deixassem de ser tributadas. Em 2022, por exemplo, tivemos mais de meio trilhão de Reais distribuídos sem pagar nenhum centavo de Imposto de Renda.

A partir de 1995, a tabela do Imposto de Renda deixou de ser atualizada, de forma que, a cada ano, rendas cada vez mais baixas passaram a pagar imposto. A tabela ficou praticamente congelada, exceto no período entre 2005 e 2015, acumulando, até 2021, uma defasagem que ultrapassa a 145%. Com o congelamento da tabela e a desoneração das altas rendas, as alíquotas efetivas dos

contribuintes de rendas mais baixas se elevaram durante este período enquanto as alíquotas das altas rendas diminuíram. De 2007 a 2020, contribuintes com rendas de até 5 salários-mínimos mensais tiveram uma elevação de mais de 1000% em sua alíquota efetiva, enquanto aqueles com rendimentos superiores a 80 salários-mínimos tiveram redução de suas alíquotas no período. Além disso, a desoneração da maior parte das rendas dos mais ricos, pela isenção dos lucros e dividendos, faz com que as alíquotas efetivas das altas rendas sejam inferiores às alíquotas das rendas mais baixas.

O deslocamento da tributação para o andar de baixo se deu também pela elevação da carga tributária sobre o consumo que ocorreu tanto pela elevação de alíquotas como pela necessidade de compensação da desoneração das exportações de produtos primários promovida pela Lei Kandir, de 1996.

Em relação a Lei Kandir, é importante observar que a Constituição autorizava a incidência do ICMS sobre a exportação de produtos primários e semielaborados, o que se alinha com o propósito da industrialização. Em 1996, por conta de problemas de balança de pagamentos e de aumento de endividamento externo, decorrentes do Plano Real, foi aprovada a Lei Complementar 87 (Lei

Kandir), desonerando completamente do ICMS todas as exportações, inclusive de produtos primários. Os problemas que justificaram essa medida desapareceram desde 2002, no entanto, a Lei Kandir acabou sendo constitucionalizada, contribuindo para o processo de desindustrialização do País.

Evidentemente que a quase universalização da educação básica e do sistema de saúde e a ampliação do sistema de previdência implicou elevação da carga tributária. Em 1988, nossa carga era de aproximadamente 23% do PIB, mas chegou à faixa de 33% no início dos anos 2000, permanecendo neste patamar desde então. Os gastos primários representavam 12% do PIB em 1990 e chegaram a quase 20% do PIB em 2015.

Por outro lado, a insistente regressividade do sistema tributário constitui fator determinante de obstáculo à concretização do Estado social e da sociedade que estavam projetados nos objetivos constitucionais. Como reduzir as desigualdades, erradicar a pobreza e a marginalização com uma tributação regressiva? Como promover o desenvolvimento nacional retirando parcelas importantes da renda com maior propensão ao consumo? Como industrializar o país promovendo desonerações cada vez maiores para a exportação de matérias-primas?

O afastamento da estrutura tributária dos objetivos e princípios constitucionais decorre fundamentalmente do fato de que esse instrumento de política sempre esteve alinhado aos interesses dos setores inconformados com a ideia de um Estado de bem-estar social e que vêm protagonizando

Os objetivos da estrutura tributária

diversas campanhas ostensivas contra os tributos e de depreciação das políticas públicas em defesa de um Estado mínimo.

Se, por um lado, há consenso na sociedade de que uma reforma tributária é necessária, por outro, não há acordo sobre os problemas que precisam ser corrigidos. Defensores da Constituição e do Estado social veem na reforma tributária a possibilidade de ajustar a tributação para acelerar a sua implementação. Já os defensores do Estado mínimo vislumbram na reforma a oportunidade de cercear a capacidade do Estado na promoção das políticas públicas, bem como de interferir na atividade econômica.

As distintas concepções sobre o papel do Estado, sobre o modelo de desenvolvimento e de sociedade determinam propostas e prioridades diferentes. A PEC 45, de 2019, foi priorizada pelo mercado, pelo parlamento e pelo próprio governo, como primeira etapa da reforma tributária. Essa proposta de emenda constitucional não altera a estrutura regressiva do sistema tributário, não corrige as distorções produzidas na tributação da renda a partir no início dos anos 1990, nem implementa o Imposto sobre Grandes Fortunas.

A PEC45 visa à simplificação da tributação sobre o consumo, com o claro objetivo de reduzir os custos para o setor empresarial, melhorando o ambiente de negócios, como alegam seus defensores. Essa simplificação

seria decorrente da unificação de cinco tributos em apenas um, de caráter dual. O IPI, o PIS e a COFINS, da União, o ICMS, dos estados, e o ISS, dos municípios, serão extintos. No lugar deles, teremos a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), da União, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), dos estados e municípios.

Esses dois tributos constituem um Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA), de caráter dual. Trata-se de um tributo que incide apenas no destino, dividido, parte para a União e parte para os estados e municípios. Terá uma única base de cálculo, incidência ampla sobre todos os bens e serviços, com incidência no destino e totalmente não cumulativo.

A PEC 45 conta com amplo apoio do setor empresarial, pois implicará, sem dúvida, redução significativa dos custos administrativos e, devido à não cumulatividade plena, também dos custos tributários. Isso porque, nenhum tributo ficará incorporado à atividade econômica. Todos os tributos incidentes ao longo de uma determinada cadeia de negócios serão transferidos para os consumidores finais e, no caso de exportação, serão devolvidos integralmente às empresas.

Além das características já citadas para esses novos tributos, algumas outras premissas devem ser consideradas. A neutralidade é uma delas, que se materializa em alíquotas uniformes e niveladas para todos os bens e serviços, permitindo-se apenas diferenciação de alíquotas promovidas pelos estados e municípios, em função do destino dos produtos e serviços, mas sem variação por produtos ou serviços.

Além disso, a esses tributos não se poderá conceder benefícios fiscais nem regimes especiais.

Durante a tramitação da proposta no Câmara dos Deputados, muitas exceções foram incorporadas ao texto original. A Zona Franca de Manaus e o Simples Nacional foram preservados como regimes especiais. Além disso, foi admitida a possibilidade de redução de 60% ou de 100% das alíquotas para situações elencadas no texto, tais como, produtos e serviços de saúde, de educação, de transporte, alimentos, insumos agropecuários e outros. Também foi estabelecida a criação de uma cesta básica nacional de alimentos, cujas alíquotas da CBS e do IBS serão zeradas.

Outra exceção à regra geral foi a possibilidade de criação de regimes específicos de tributação para combustíveis, serviços financeiros, operações com imóveis, planos de saúde, compras governamentais e cooperativas. Nos últimos momentos da tramitação foi também incorporada a possibilidade de os estados instituírem uma Contribuição sobre produtos primários e semielaborados para financiar obras de infraestrutura e habitação. O texto está agora no Senado.

Juntamente com o fim do IPI e do ICMS será extinto o princípio da seletividade, que permite variação de alíquotas em função da essencialidade dos produtos. A PEC 45 autoriza a

instituição de um Imposto Seletivo (IS), para incidir sobre produtos que causem danos à saúde e ao meio-ambiente, mas esse tributo não poderá ser aplicado sobre produtos que tenham sido beneficiados com alguma redução de alíquotas de CBS e IBS.

A seletividade pela essencialidade é que permite tanto aos estados como à União instituírem alíquotas mais elevadas para produtos supérfluos, por exemplo. Atualmente diversos produtos estão sujeitos a cargas tributárias superiores a 60%, tais como, bolsas de pele, perfumes importados, jogos eletrônicos, motos de elevada cilindrada, armas e munições, além dos produtos de fumo e bebidas alcoólicas. O PIS e a COFINS também podem ter alíquotas diferenciadas em função do setor econômico.

Em nome da neutralidade, nem a CBS nem o IBS poderão ter alíquotas diferenciadas em função de produtos, serviços ou setor econômico, salvo os casos estabelecidos como exceções na Constituição. Ou seja, a capacidade do Estado de utilização do instrumento tributário para induzir a atividade econômica ou de onerar mais os produtos não essenciais, inclusive para desestimular o consumo, ficará bastante limitada a partir da aprovação da PEC 45.

Para compreender melhor os efeitos desta limitação, é importante lembrar que diversos programas de estímulos setoriais do governo só se viabilizam por meio de desonerações tributárias. Por exemplo: recentemente o governo federal lançou um programa de estímulo à venda de carros populares. Da mesma forma, relançou o programa de desenvolvimento da indústria

Sistema Tributária progressivo

dos semicondutores (PADIS). Ambos os programas são viabilizados mediante concessões de benefícios fiscais.

Os problemas considerados mais relevantes pelos defensores do Estado social ficaram para ser resolvidos na segunda etapa da reforma tributária, como tem sido anunciado pelo próprio governo. As questões que se colocam neste momento são: que mudanças serão propostas? quem serão os atores a interferirem nesse debate? Não há dúvidas de que as mudanças mais esperadas seriam aquelas que anulem as alterações promovidas desde 1989 até agora e que afastaram a tributação dos fundamentos da Constituição.

Portanto, será necessário revogar a isenção dos lucros e dividendos e os juros sobre o capital próprio, corrigir o limite de isenção para desonerar as baixas rendas e reorganizar a tabela do Imposto de Renda com a inclusão alíquotas marginais mais elevadas para altas rendas. É preciso também desobstruir o caminho para a implementação do Imposto sobre as Grandes Fortunas. Do ponto de vista da retomada da industrialização e do desenvolvimento do País, é preciso, sim, resgatar os instrumentos tributários que permitam que o Estado possa promover condições favoráveis à ampliação das cadeias produtivas e ao desenvolvimento sustentável.

Parecem medidas tecnicamente muito simples; no entanto, a história recente nos mostra que esse tipo de mudanças na estrutura da legislação tributária,

ainda que estejam absolutamente alinhadas com a Constituição Federal e afinadas com a intenção do governo, tantas vezes manifestada, depende de uma nova correlação de forças que precisa ser construída na sociedade. Para tributar os super-ricos é preciso mobilização popular que seja capaz de pressionar o parlamento no nível suficiente para neutralizar a pressão dos setores que têm monopolizado debate tributário e que são claramente contrários à implementação do nosso projeto constitucional.

No aniversário de 35 anos da Constituição, a melhor forma de homenageá-la e construir um sistema tributário progressivo, que tribute mais os mais ricos e menos os mais pobres, só assim, seremos capazes de construir uma sociedade justa, livre e solidária.



EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

NÃO EXISTE UM PLANETA B

Cristiane Maria Mainardi
Professora da Rede Municipal de
Ensino de São Leopoldo
Dirigente do Ceprol Sindicato

Iniciamos o tema da questão climática prestando nossa solidariedade às vítimas das tempestades que atingiram nosso município de São Leopoldo, o Rio Grande Sul e está assolando o planeta Terra. Essas tragédias que estamos vivenciando são exemplos que causaram perdas irreparáveis, ceifaram vidas e estão acontecendo com maior frequência. Mas o que está acontecendo com o clima? A emergência climática é uma crise global que se desenvolve devido às mudanças significativas e prejudiciais nas condições climáticas do nosso planeta e está intrinsecamente ligada às atividades humanas que resultam em altas emissões de gases de efeito estufa, como dióxido de carbono (CO₂) e metano. As consequências da emergência climática são diversas e abrangem tanto questões ambientais como socioeconômicas. Desde o aumento das temperaturas médias até eventos climáticos extremos, como tempestades mais intensas, secas prolongadas, inundações e ondas de calor. Os impactos são sentidos em todo o mundo e afetam a ecologia, saúde, economia e qualidade de vida das pessoas. Uma das principais preocupações da emergência climática é o aquecimento global, que é causado principalmente pela queima de combustíveis fósseis, desmatamento e atividades industriais. Esse aumento na temperatura média do planeta desencadeia o derretimento de geleiras e calotas polares, elevando o nível do mar e ameaçando regiões costeiras.



Emergência Climática

Além disso, o aquecimento global também perturba os ecossistemas, afetando a flora e a fauna, e pode desencadear mudanças nos padrões climáticos, causando eventos extremos. A emergência climática também tem um impacto significativo na segurança alimentar, na disponibilidade de água e na saúde humana. Mudanças nos padrões de chuva e seca podem afetar a produção agrícola, levando à escassez de alimentos e a preços mais altos. A disseminação de doenças transmitidas por vetores, como malária e dengue, também pode ser agravada pelo aumento das temperaturas e alterações nos ecossistemas.

Para enfrentar a emergência climática, é imperativo que tomemos medidas imediatas e significativas. Isso inclui a transição para fontes de energia renovável, como solar e eólica, diminuição da dependência de combustíveis fósseis, investimentos em transporte sustentável, adoção de práticas agrícolas sustentáveis, redução do desmatamento e aumento da conscientização sobre a importância da conservação ambiental. Segundo Ladislav Dowbor: “Há relativamente pouco tempo, os desafios ambientais eram defendidos por minorias informadas, mas hoje, com a dimensão das catástrofes, cada vez mais gente compreende que meio ambiente é uma questão vital: trata-se de assegurar a nossa sobrevivência na Terra” (p. 69). As mudanças climáticas afetam todo o planeta. Os mares, que compõem

praticamente 70% do planeta, possuem um importante papel para o meio ambiente, mas com o aumento da temperatura marítima, as algas marinhas, que produzem mais de 50% do oxigênio do planeta Terra, têm sua existência ameaçada comprometendo nossa existência. A Amazônia, um dos biomas-chave do equilíbrio ambiental no mundo, é fundamental para a sobrevivência na Terra devido ao papel que desempenha na absorção de gases de efeito estufa, mas está sofrendo com as queimadas e os desmatamentos. Assim, toda iniciativa e política voltada ao cuidado dos mares e das florestas como a Amazônia promovem também a proteção de todo o planeta e da humanidade.

O autor Wallace-Wells (2019) em seu livro *A Terra Inabitável: uma história do futuro*, traz dados concretos das mortes que geram os excessos de temperatura que já vivemos hoje, da fome ligada aos impactos sobre a agricultura, das mortes por inundações que se observam em muitas partes, da expansão das áreas de queimadas florestais, da articulação dos diversos subsistemas de intervenção sobre a natureza, do esgotamento da água doce, da mortalidade nos oceanos, da contaminação do ar, do surgimento de novas pragas, do colapso econômico, dos conflitos climáticos, dos deslocamentos sistêmicos, as superbactérias resistentes, a contaminação da água pelos agrotóxicos, o derretimento das geleiras. Segundo o autor, “o mundo tem, quando muito, cerca de três décadas para uma descarbonização completa, antes dos horrores realmente devastadores do

clima comecem. Não há meio-termo no caminho da solução para uma crise tão ampla” (214). Fica a dica de leitura, pois estamos precisando desse choque de realidade!

A humanidade parece não ter se dado conta da gravidade da crise climática, olhem para o futuro e imaginem a idade que seus filhos terão daqui a 30 anos! Medidas mais sustentáveis e igualitárias para o futuro do planeta são urgentes, pois sem elas será impossível sustentar a vida humana em nossa única casa, o planeta Terra. Porém, a maior parte dos objetivos de desenvolvimento sustentável caminha num ritmo muito lento. Agir contra a mudança do clima implica pensar no amanhã e enfrentar desigualdades históricas. A revolução industrial iniciada no século XVIII promoveu uma dinâmica de crescimento do consumo baseada na alta emissão de poluentes na atmosfera (CO₂; metano e óxido nitroso). O debate sobre o clima envolve as reflexões sobre o capitalismo, colonialismo, desenvolvimento e governança global. Por isso, a construção de soluções para atenuar os efeitos do clima constitui-se em reconhecer a problemática, investir em ações sustentáveis, corrigir os excessos da desregulação dos mercados neoliberais e combater as desigualdades.

A crise climática é uma consequência das relações desiguais de poder e não é à toa que seus efeitos se reproduzem de

maneira desequilibrada afetando os mais pobres, apesar de serem os mais ricos os responsáveis maiores da devastação do nosso planeta. Essa distribuição desigual de poderes e suas consequências compõe o cenário de uma injustiça socioambiental, que se aprofunda com o impacto da ação do Estado e de empresas em uma constante e histórica ação de privilégios para o agronegócio, para a mineração e para a construção civil que, em sua busca insana de extração de capital do ambiente natural, descumprem, alteram e flexibilizam a legislação ambiental, priorizando o interesse corporativo em detrimento do ambiente natural equilibrado e sadio. É importante perceber essa forma de agir das corporações, que não cumprem regras criadas para a garantia das leis ambientais e não tem a mínima consciência para além da lógica do lucro.

Os países que fizeram a revolução industrial são responsáveis pela poluição do planeta e eles têm uma dívida histórica com a Terra. O tema de uma “justiça reparadora” a uma “dívida climática” dos países desenvolvidos para com os subdesenvolvidos vai além das questões estruturais, a presença do subdesenvolvimento é um produto direto da divisão internacional do trabalho, da presença intrínseca ao capitalismo mundial de um intercâmbio desigual entre os países, que cria a dependência. Reverter a situação de dependência, reconhecer o processo de silenciamento do colonialismo é tarefa fundamental para pensar a construção de alternativas à crise ecológica que vivemos.

Não existe um Planeta B

A desigualdade no mundo precisa ser enfrentada! É preciso antes de tudo vencer a resignação que nos faz aceitar tamanha injustiça como fenômeno natural. Os dez maiores bilionários possuem mais riqueza que os 40% mais pobres da humanidade. Para vencer a desigualdade, precisa vontade política daqueles que governam o mundo, mas o imperativo moral e político de erradicar a pobreza e acabar com a fome parece estar anestesiado. Reduzir as desigualdades dentro dos países requer incluir os pobres nos orçamentos nacionais e fazer os ricos pagarem impostos proporcionais ao seu patrimônio.

Se tivéssemos que resumir em uma única palavra o desafio, ela seria desigualdade. São as populações vulneráveis do Sul Global as mais afetadas pelas perdas e danos causados pela mudança do clima. A desigualdade está na raiz desses fenômenos ou atua para agravá-los. Os 10% mais ricos da população mundial são os responsáveis por quase a metade de todo o carbono lançado na atmosfera. Não podemos mais seguir com esse modelo de desenvolvimento, a crise climática nos mostra a urgente necessidade de um modelo socialmente justo e ambientalmente sustentável. Precisamos resgatar nossa humanidade e inspirar a criação de políticas ativas de inclusão nos planos cultural, educacional e digital, essenciais para a promoção dos valores democráticos e

da defesa do Estado de Direito. O combate às desigualdades em todas as suas dimensões deve estar no centro da agenda internacional para que possamos construir um mundo mais justo e um planeta sustentável.

Não haverá sustentabilidade nem prosperidade sem paz. Os horrores e os sofrimentos produzidos pelas guerras são uma afronta à racionalidade humana. A promoção de uma cultura de paz é um dever de todos nós. A Guerra da Ucrânia e na Palestina escancara nossa incapacidade coletiva de fazer prevalecer os propósitos e os princípios humanos. Investe-se muito em armamentos e muito pouco em desenvolvimento sustentável. Os gastos militares e as despesas com armas nucleares são valores exorbitantes que ultrapassam qualquer orçamento de cuidado com o meio ambiente e de preservação da vida. As guerras são travadas pelos governantes e aqueles que detém o poder, mas quem mais sofre e morre são novamente os mais pobres e o meio ambiente.

É crucial a cooperação global para alcançar metas climáticas e reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Acordos internacionais, como o Acordo de Paris, buscam limitar o aumento da temperatura global e incentivar ações climáticas de diferentes países. Cada um de nós também pode desempenhar um papel importante na resposta à emergência climática. Podemos adotar práticas mais sustentáveis em nosso estilo de vida, como economizar energia, reduzir o consumo de carne, reciclar e

reutilizar materiais, utilizar o transporte público ou bicicleta, plantar árvores e apoiar organizações que trabalham para enfrentar a emergência climática. No entanto, “se mantivermos a concentração de poder nas mãos das corporações, de uma elite que representa 1% da humanidade, não teremos condições políticas de determinar uma mudança de trajetória” (Marques 2023).

Em resumo, a emergência climática é uma crise global que exige ação urgente, pois estamos nos encaminhando para o colapso. Precisamos adotar medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, adaptar-se aos impactos já existentes e promover uma mentalidade consciente em relação ao meio ambiente. Somente através de esforços coletivos e ações abrangentes podemos minimizar os impactos da emergência climática e criar um futuro sustentável para as gerações futuras.

A crise climática nos convida a retomar a nossa humanidade para vencer os desafios e evoluir para formas superiores de convivência pacífica e sustentável. A desigualdade deve inspirar nossa indignação, pois a fome, a pobreza, a guerra, o desrespeito ao ser humano e ao planeta não podem mais ser tolerados. Movidos por nossa humanidade e pela força da indignação poderemos agir com vontade e determinação para vencer a

desigualdade e transformar efetivamente o nosso mundo num lugar mais justo, solidário e fraterno.

Atitudes positivas para diminuir o impacto no meio ambiente:

- ◆ Substituir o uso de combustíveis fósseis por fontes renováveis de energia;
- ◆ Cobrarmos dos governos através da mobilização para seja adotadas políticas de redução das desigualdades brutais;
- ◆ Reduzir a emissão de poluentes como metano e hidrofluorcarbonetos;
- ◆ Reduzir o consumo de produtos de origem animal;
- ◆ Promover uma integração da sociedade em prol de alternativas sustentáveis para haver futuro para a Terra.

No nosso município de São Leopoldo, precisamos repensar o problema dos danos causados pelas mudanças climáticas, construindo outras respostas governamentais para além da prestação de serviços emergenciais. A preparação para enfrentar esses fenômenos climáticos perpassa pela escuta das comunidades escolares, por um plano de contingência nas escolas em caso de calamidade, reorganização flexível do calendário escolar com amplo debate e autonomia das escolas, ações sustentáveis com políticas de sustentabilidade: separação do lixo, redução do consumo, reutilização produtos e materiais, reciclagem e fortalecimento da agricultura familiar e da educação ambiental. É preciso reconhecer que o problema do clima é um problema civilizatório, do nosso tempo presente, que precisamos nos organizar em ações efetivas nas comunidades escolares para construirmos as condições de vida no nosso planeta, pois não há um Planeta B.

MOÇÃO DE APOIO

AOS PROFESSORES/AS APROVADAS NO CONAEE 2024

O Sindicato dos professores e professoras municipais leopoldenses - CEPROL vem através desta moção manifestar seu apoio irrestrito aos/às profissionais da educação que dedicam seu trabalho ao conhecimento. Os/as professores/as são profissionais que merecem o total respeito e reconhecimento de toda a sociedade, pois são esses/as trabalhadores/as que garantem a educação de milhares de pessoas e formam para exercer todas as outras profissões. Não há e não haverá desenvolvimento socioeconômico e garantia dos direitos humanos sem uma efetiva e verdadeira valorização dos/as profissionais da educação da rede pública em todos os níveis, etapas e modalidades. Para que os/as professores/as consigam dar conta de uma educação pública de qualidade que combata as desigualdades, urge se enfrentar a falta de condições de trabalho a que estão submetidos/as, tais como: salas de aulas lotadas, inclusões sem o apoio necessário, os baixos salários, a sobrecarga de trabalho, dentre outros fatores que vem causando um agravamento no adoecimento físico, mental, psicológico e emocional dessa categoria e um “apagão” profissional, pois os jovens não tem interesse em seguir a profissão. A valorização dos/as profissionais da educação perpassa por um piso nacional salarial justo e na carreira, política de carreira atrativa, garantia de formação inicial e continuada e de condições adequadas de trabalho.

A desvalorização profissional e a falta de condições de trabalho têm ampliado as desigualdades sociais e econômicas, impactando diretamente o acesso, a permanência e o sucesso dos/as estudantes nas escolas, violando o direito à educação. Queremos uma educação verdadeiramente inclusiva, com garantia de acessibilidade em seu sentido amplo baseada em uma cultura de paz com reconhecimento e respeito às diferenças. Lutamos por uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável e, de forma indissociável, pela democracia e pelo combate às desigualdades. Mas, para tanto, é necessária uma aliança entre as famílias e as escolas, estando toda a sociedade comprometida com a educação e com o futuro.

O CEPROL reafirma seu compromisso com a educação, levanta a bandeira em defesa da categoria de professores/as e fortalece a luta por um financiamento público robusto, capaz de valorizar os/as trabalhadores/as em educação e proporcionar condições de trabalho como garantia do direito a uma educação pública, gratuita, laica, equitativa, inclusiva e de qualidade social. Financiamento público significa o combate a mercantilização da educação, às privatizações, à terceirização irrestrita; pois o que precisamos é de valorização dos serviços públicos como um bem comum. Nesse sentido, conclamamos a sociedade a lutar contra a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) que acaba com os serviços públicos! O que a educação mais necessita é de financiamento público, concurso público e valorização de servidores/as como fatores fundamentais para garantir o efetivo processo de ensino-aprendizagem - da Educação Básica à Superior.

É sob esses princípios que participamos da CONAE 2024. Lutamos por um Plano Nacional de Educação sem retrocessos e com ousadia! Por fim, continuaremos persistentes e combativos/as na ação permanente pela valorização profissional e condições de trabalho como pressupostos para a garantia do Direito à Educação.

Bibliografia consultada

REFERÊNCIAS

- DOWBOR, Ladislau. Resgatar a função social da economia: uma questão de dignidade humana. São Paulo: Editora Elefante, 2022.
- MARQUES, Luiz. A direção que precisamos seguir é a da diminuição radical da emissão de gases do efeito estufa. Entrevista concedida ao Instituto Huanitas Unisinos. Setembro de 2023. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/632786-a-direcao-que-precisamos-seguir-e-a-da-diminuicao-radical-da-emissao-de-gases-do-efeito-estufa-entrevista-especial-com-luiz-marques?s=08>, acesso em 03 de outubro de 2023.
- WALLACE-WELLS, David, A Terra Inabitável: uma história do futuro. Tradução: Cássio de Arantes Leite. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BAUMAN, Zygmund. Vida líquida. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- FABRIS, Eli Terezinha Henn; DAL'IGNA, Maria Claudia; SILVA, Roberto Rafael Dias da (Orgs). Modos de ser docente no Brasil contemporâneo: articulações entre pesquisa e formação. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- SILVA, Divino José. O governo biopolítico do tempo escolar. In: GALLO, Silvio; MENDONÇA, Samuel (orgs.). A escola: uma questão pública. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2020.
- LAVAL, Christian A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução: Mana Luiza M. de Carvalho e Silva, Londrina: Editora Planta, 2004.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Neoliberalismo, qualidade e educação. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 9-29.
- ¹ A Teoria do Capital Humano é proposta por Theodore William Schultz (1960) em seu livro intitulado O valor econômico da educação e tratada por Michel Foucault como um dos principais desenvolvimentos teóricos da Escola de Chicago.
- BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008a. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB Nº 4/2009, que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília 02 out. 2009. Seção 1. p. 17.
- Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.
- BRAUN, Patrícia; MARIN, Márcia. Ensino colaborativo: uma possibilidade do atendimento educacional especializado. Revista Linhas, Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 193-215, set/dez. 2016. Disponível em: http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1984723817352016193/pdf_157.
- FEEVALE, Escola de Aplicação Básica. Projeto Político Pedagógico - Escola de Educação Básica - Escola de Aplicação. Novo Hamburgo, 2007.
- LURIA, Alexander Romanovich. Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais. 6ª Ed. São Paulo: Ícone, 2010.
- MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos, SP: Ufscar, 2014.
- OLIVEIRA, A.A.S. de. Um diálogo esquecido: a vez e a voz de adolescentes com deficiência. Londrina-PR/ Bauru-SP: Editora Práxis, 2007. 117p.
- BRAUN, Patrícia. Uma intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual. 2012. 324 f. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- BRAUN, Patrícia; MARIN, Márcia. Práticas docentes em tempos de inclusão: uma experiência na escola básica. e-Mosaicos, Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-UERJ), Ano 1, v.1, n. 2, p. 1-12. dez., 2012. Disponível em: <www.epublicacoes.uerj.br>. Acesso maio 2016.
- FONTES, Rejane de Souza. Educação Inclusiva no município de Niterói (RJ): das propostas oficiais às experiências em sala de aula - o desafio da bidocência. 2007.
- CASTRO, Juliana; VAZ, Alexandre Fernandez. Professores no Atendimento Educacional Especializado: Responsabilidades e Impossibilidades. Arquivos analíticos de políticas educativas, v. 23, n. 33, Arizona State University, 2015, p. 1-19. Disponível em: <<http://epaa.asu.edu/ojs>>. Acesso maio 2016.
- MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares; PLETSH, Márcia Denise. Atendimento educacional especializado: por entre políticas, práticas e currículo - um espaço tempo de inclusão?. Revista Contrapontos, Itajaí, SC., v. 11, n. 3, p. 255-265, out. 2011. ISSN 1984-7114. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br>>. Acesso maio 2016.
- MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- MILANESI, Josiane Beltrame. Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista. 2012. 185f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.
- PLETSCH, Márcia Denise. Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental: diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- MARIN, Márcia. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais no segundo segmento do ensino fundamental em um espaço de excelência acadêmica. 2015. 194f. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.
- CAPELLINI, Vera Lúcia; MENDES, Enicéia Gonçalves. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento para a inclusão escolar. Educere et Educare Revista de Educação, Cascavel/PR: UNIOESTE, v. 2, n. 4, p.113-128, 2007.
- PERRENOUD, Philippe. A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 1996. 230 p. Tradução Cláudia Schilling. IMBERNÓN, Francisco. Formação continuada de professores. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010. 120 p. Tradução: Juliana dos Santos Padilha.
- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2023-04/numero-de-alunos-com-deficiencia-na-escola-cresce-em-todo-pais#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20alunos%20com%20defici%C3%Aancia%20matriculados%20em%20escolas%20p%C3%BAblicas,com%20autismo%20e%20defici%C3%Aancia%20f%C3%ADscas>
- <https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/7825/erechim-tem-melhor-escola-de-educacao-inclusiva-do-brasil>
- Imagens ilustrativas Unsplash- direito de uso livre

CE PROL

SINDICATO 
DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS
LEOPOLDENSES
ANO 2023



SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES



(51) 993781262



www.ceprouniversitario.com

